

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 31.07.2024

Prestar atenção à saúde física e mental e ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores do sector do jogo

No primeiro semestre deste ano, as receitas brutas do jogo ultrapassaram os 110 mil milhões de patacas, um aumento superior a 40 por cento em comparação com o período homólogo do ano passado. A recuperação gradual das receitas do jogo tem contribuído para a promoção do desenvolvimento dos diversos sectores, para a construção da sociedade e para o bem-estar da população, pelo que, para além dos esforços do Governo, das partes interessadas e dos diversos sectores, os esforços envidados pelos trabalhadores do sector do jogo não podem ser esquecidos.

Com a recuperação gradual das receitas do jogo, tenho recebido vários pedidos de apoio dos trabalhadores da linha da frente, queixando-se que após a epidemia, o número de visitantes aumentou, e devido à falta de mão-de-obra, tiveram de atender mais clientes. Mais, são constantemente perturbados por partidários e burlões e são obrigados a adaptarem-se às novas mesas de jogo electrónicas e aos novos equipamentos. Se cometerem algum erro, recebem, facilmente, cartas de advertência, e houve até casos em que os trabalhadores foram despedidos por falhas no trabalho, ou até foram aconselhados a desligarem-se do serviço por iniciativa própria. No que diz respeito à organização do trabalho, muitos trabalhadores queixam-se dos turnos, por serem muitos e densos, o que afecta o seu horário de trabalho e a sua vida familiar e social, colocando-os sob pressão, física e psicológica.

Em Macau, o sector do jogo é onde se emprega o maior número de trabalhadores que alimenta dezenas de milhares de famílias. A nova “Lei do Jogo” refere que as concessionárias devem assumir as devidas responsabilidades sociais pelos direitos e interesses dos seus trabalhadores, por isso, exorto o Governo a fiscalizar o seu cumprimento, bem como a rever e estudar a optimização do ambiente de trabalho neste sector. Os trabalhadores são activos preciosos das empresas, por isso, apelo às concessionárias que diminuam a pressão sobre estes, contratando mais trabalhadores em tempo oportuno e ajudando-os a resolver os problemas conforme as suas necessidades, pois não se deve emitir cartas de advertência e de despedimento a seu bel-prazer, a fim de criar uma relação laboral harmoniosa. Mais, há que optimizar o regime de turnos e dar-lhes a devida formação relativa às novas mesas de jogo electrónicas. Com a recuperação gradual dos resultados, espero que as concessionárias melhorem também as regalias e condições de trabalho, com vista a elevar o moral, promover a saúde física e mental dos trabalhadores, e promover o desenvolvimento sustentável e saudável do sector.

É de salientar que a nova “Lei do Jogo” prevê um período de transição de três anos para a exploração dos campos-satélite, embora o Governo tenha referido que

os trabalhadores destes casinos podem voltar a trabalhar nas concessionárias a que pertencem. Mas a referida lei já entrou em vigor há mais de um ano e meio, e como os casinos-satélite têm implicações com a subsistência de muitos trabalhadores e famílias, e perante a aproximação do termo do período de transição, muitos trabalhadores estão preocupados com a sua situação de emprego. Por isso, espero que o Governo da RAEM consiga, quanto antes, saber se os casinos-satélite continuam a funcionar, a gerir bem e com antecedência os seus trabalhadores e a ajudá-los na transição sem sobressaltos e com a salvaguarda do seu emprego.

Por fim, Macau já entrou na época de tufões, e ao longo dos anos, a associação dos trabalhadores tem recebido muitas queixas dos trabalhadores sobre a organização do trabalho e do descanso, bem como sobre a compensação salarial, quando é içado o sinal n.º 8 ou superior de tufão. Entendemos que Macau é uma cidade turística, muitas profissões precisam de se manter firmes nos seus postos de trabalho durante a passagem de tufões para manter a qualidade dos serviços prestados, ainda assim, apelamos às concessionárias do jogo para, com base nas “Instruções de trabalho em situações de tufão e incidentes súbitos de natureza pública”, tomarem a iniciativa de elaborar e lançar medidas concretas adequadas à segurança no trabalho, definirem planos pormenorizados relativos a questões laborais em situações de tufão, chuvas torrenciais e inundações, incluindo a segurança nas deslocações entre a residência e o local de trabalho, a suspensão de trabalho e o reinício de trabalho, a responsabilidade das partes, laboral e patronal, o pagamento de remunerações e a organização do trânsito, etc..

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 31.07.2024

Prevenção dos efeitos nocivos dos novos tipos de drogas nos jovens

Segundo afirmações recentes das autoridades de segurança, os novos tipos de estupefacientes estão a ser vendidos ilegalmente sob a forma de cigarros electrónicos por delinquentes, e já foram detectados vários casos em Macau. Estes “cigarros electrónicos”, que toldam o pensamento e já suscitaram preocupação social, parecem estar na moda, mas na realidade são droga e estão a ser difundidos entre os jovens através de canais ilegais, ameaçando gravemente a sua saúde física e mental. E continuam a surgir novos tipos de drogas e drogas com nova embalagem. Nos últimos anos, o nosso país tomou consciência da importância deste problema e deu especial ênfase às acções de sensibilização destinadas aos jovens e a alguns grupos-chave. Porém, a proliferação de novos tipos de drogas em todo o mundo já é um problema grave que não pode ser ignorado, pois estas drogas causam grande dependência, são difíceis de abandonar, a sua fabricação é simples e é fácil adquirir as matérias-primas necessárias, o que dificulta o seu controlo de forma abrangente, devido à sua grande variedade, às suas múltiplas formas e aos fortes disfarces. A sociedade deve estar sempre alerta, para manter os nossos jovens longe das armadilhas destes novos tipos de drogas.

Para prevenir, de forma mais eficaz, a infiltração das drogas na vida dos jovens, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Reforçar a educação dos jovens sobre a droga e aumentar os seus conhecimentos e capacidade de prevenção contra a droga. Os jovens são facilmente influenciados, portanto, as escolas e associações são uma linha de defesa importante. Na educação sobre a prevenção da droga, há que aproveitar a influência mútua entre os jovens e, em articulação com a ampla divulgação das actuais plataformas nos novos *media* das autoridades de segurança, reforçar a cooperação entre o Governo e os jovens na divulgação de projectos sobre as drogas, para transmitir directamente aos jovens conhecimentos e obter melhores resultados na revelação dos meios de disfarce dos novos tipos de drogas.

2. Aproveitar bem os mecanismos de cooperação entre a família e a escola para detectar e corrigir atempadamente os comportamentos incorrectos. No dia-a-dia, os encarregados de educação podem reforçar a consciência de autoprotecção, a capacidade de discernimento e a autodisciplina dos jovens. Por exemplo, através da realização de *workshops*, os encarregados de educação e as crianças podem ficar a conhecer, de forma interactiva, as formas de camuflagem das drogas, e saber resistir às tentações da droga.

3. Reforçar o combate aos crimes relacionados com a droga, eliminando as respectivas fontes. Segundo as autoridades, em 2023 havia 119 toxicodependentes em Macau, 5 eram jovens menores de 21 anos, e desde o ano passado até agora, foram detectados 4 casos de consumo de cigarros electrónicos. Mesmo que seja só um jovem a consumir droga já é demais! As autoridades de

segurança têm realizado, ao longo dos anos, muitos trabalhos de combate à droga e de sensibilização e educação. Sugere-se ao Governo que insista na prática do passado, isto é, que inclua, quanto antes, os novos tipos de drogas na lista de controlo, e que recorra ao processo de urgência na Assembleia Legislativa para concluir a revisão da Lei da droga, a fim de reduzir os respectivos malefícios.

Em suma, evitar que as drogas invadam a vida dos jovens é uma tarefa árdua e de longo prazo, que exige os esforços conjuntos do Governo, da escola, da família e de todos os sectores da sociedade, pois só assim é que se pode reprimir eficazmente a tendência de propagação de novos tipos de drogas e proteger o crescimento saudável dos jovens.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 31.07.2024

Explorar as potencialidades da indústria alimentar de Macau e elevar Macau a um novo patamar, enquanto cidade gastronómica

Macau, dotada de uma cultura humanista caracterizada pela confluência das culturas chinesa e ocidental, tem vindo a criar, em diferentes áreas, características e valores singulares que exprimem a confluência das diversas culturas. Por exemplo, no mês passado, a “Festa Internacional das Cidades de Gastronomia - Macau”, organizada pela primeira vez pelo Governo da RAEM, atraiu a participação de 18 países da Ásia, Europa, África, Oceânia, América do Sul e América do Norte, e representantes de 29 “Cidades Criativas da UNESCO” na área da gastronomia, representando mais de metade das “Cidades Criativas de Gastronomia” do mundo, o que demonstra que o Governo da RAEM está a envidar todos os esforços para expandir as fontes de turistas internacionais, tendo como eixo principal a diversificação industrial “1+4” e o “turismo+”, aproveitando o apelo e o encanto de Macau como “Cidade Gastronómica” para atrair a “entrada” da comunidade internacional, o que demonstra plenamente as vantagens singulares de Macau enquanto “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, reflectindo mais uma vez a afirmação de Xia Baolong de que “Macau já não é uma ‘Macau pequena’, mas, sim, uma ‘metrópole internacional’”.

Actualmente, merece uma profunda reflexão e um maior esforço pesquisar uma estratégia para desenvolver as vantagens de Macau enquanto Cidade Gastronómica e, com isso, ajudar a nossa gastronomia a entrar no mercado internacional. Assim, vou citar um exemplo de que todos já ouviram falar há muito tempo, sendo este um exemplo de “um pequeno palco para um grande evento”: o município de Liuzhou, na província de Guangxi, industrializou um petisco que se vende na rua – uma massa picante e azeda com caracóis, produzindo as suas matérias-primas a montante, passando pelo processamento e embalagem, chegando, posteriormente, à fiscalização da qualidade, transporte logístico e venda a jusante, exportando desta forma uma cadeia industrial completa, onde as pessoas podem ter contacto com as experiências culturais e turísticas deste local. Através de uma série de trabalhos sistemáticos, padronizados, produção em cadeia e promoção a nível global, entre outros, conseguiu-se atingir uma escala industrial de 50 mil milhões de renminbis em seis anos. Actualmente, esta massa já está a ser vendida para mais de 20 países e regiões e, anualmente, são exportadas mais de 3000 toneladas, sendo este um resultado excelente. Quando o Presidente Xi Jinping visitou a base de produção desta massa, disse que “o desenvolvimento de uma indústria tem de ter as suas características próprias, e esta massa picante e azeda com caracóis tem a sua característica, pois entranha-se no estômago de toda a gente e cria-se uma indústria através do saborear na língua. É preciso continuar a construir uma marca e, ao mesmo tempo, há que insistir numa produção em qualidade e em padrões elevados. Eu acredito que a indústria desta massa picante e azeda com caracóis vai ter um futuro ainda

melhor”. Hoje em dia, esta massa é um exemplo de sucesso e de plena colocação de um “petisco local” na cena internacional.

De facto, Macau também possui muitos conteúdos culinários com potencialidade, como pastéis de nata, chás medicinais, massas, etc., que são símbolos gastronómicos únicos de Macau. Se conseguirmos aproveitar plenamente as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía, especialmente da Ilha de Hengqin, e integrar as características gastronómicas e a cultura de Macau, acreditamos que, em breve, Macau poderá criar uma cadeia da indústria gastronómica com influência no mercado internacional, para que as indústrias 1, 2 e 3 da política “1+4” possam produzir os seus devidos efeitos! A actual experiência dos visitantes em Macau enquanto “cidade gastronómica” limita-se a visitas tanto aos estabelecimentos do Guia Michelin como às lojas antigas típicas, onde se pode apreciar a comida *in loco*. Por outro lado, a maioria dos *souvenirs* que levam da gastronomia local permanece nas carnes secas e biscoitos de amêndoa provenientes de uma indústria com dimensão limitada. Quanto à criação de marcas próprias da indústria alimentar de Macau, sugiro que todos os sectores sociais se devem unir para se poder reunir sabedorias e ter a coragem para novas explorações, o que contribuirá certamente para enriquecer o “cartão-de-visita dourado” de Macau.

Através da exploração profunda e do apoio total ao desenvolvimento da indústria gastronómica, espera-se poder produzir os efeitos sinérgicos entre o Governo, a indústria, a academia e a investigação, destacando assim o “cartão-de-visita dourado” de Macau como cidade gastronómica e o seu papel central na região oeste de Zhuhai. Mais, pode-se assim transformar também a fama turística em verdadeiras vantagens industriais, proporcionando um suporte diversificado para a concretização, com a maior brevidade possível, do objectivo da diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 31.07.2024

Implementação do espírito da 3.ª sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China

A 3.ª sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China foi realizada entre os dias 15 e 18 de Julho de 2024, em Beijing, na qual foi aprovada a Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre um Maior Aprofundamento Integral da Reforma em Busca da Modernização Chinesa, que é importante para promover, de forma abrangente, a grande causa da construção de um país forte e a revitalização nacional com a modernização chinesa. O Chefe do Executivo sublinhou também que o Governo da RAEM ia liderar os diversos sectores na aprendizagem do espírito consagrado na terceira sessão plenária e implementar plenamente a decisão deliberada e aprovada na ocasião, de modo a contribuir com a força de Macau para promover a modernização com características chinesas.

Para melhor implementar o espírito da dita sessão plenária, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. A referida “Decisão” indica que há que desenvolver as vantagens institucionais do princípio “Um País, Dois Sistemas” e apoiar Hong Kong e Macau na construção de um local internacional com concentração de talentos de alto nível, aperfeiçoar o mecanismo de melhor desempenho de Hong Kong e Macau na abertura do País ao exterior, aprofundar a cooperação na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, reforçando a articulação entre as regras e os mecanismos. Assim, proponho ao Governo que, para além de reforçar a formação de talentos locais e atrair o regresso de residentes no exterior, faça um balanço global dos resultados da primeira fase do “Programa de Captação de Talentos” e reforce a divulgação e a promoção da sua segunda edição, para atrair mais talentos internacionais de alto nível que vão contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Macau a longo prazo. Mais, há que continuar a rever o funcionamento da “Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, nomeadamente, a instalação dos postos fronteiriços da “segunda linha” no dia 1 de Março, o estudo e análise dos problemas que os residentes enfrentam relativos a esta Zona, e apresentar, atempadamente, as respectivas medidas de melhoria para, com base nisso, impulsionar, de forma contínua, a sua integração na Grande Baía.

2. Segundo a sessão plenária, a educação, a ciência e tecnologia e as pessoas talentosas são suportes fundamentais e estratégicos para a modernização chinesa. Proponho ao Governo que continue a aumentar os recursos para o ensino básico e superior, a investir mais na área de inovação científica e tecnológica, a aproveitar plenamente as vantagens dos quatro laboratórios de referência do Estado, a apoiar os projectos de ciência e tecnologia, a concretizar os resultados científicos e tecnológicos, para elevar, constantemente, o nível da “nova

produtividade de qualidade” e promover o desenvolvimento diversificado das indústrias de “1 + 4”.

3. Actualmente, a economia de Macau encontra-se numa fase de retoma rumo ao desenvolvimento da sua diversificação adequada. Macau, como participante e testemunha da reforma e abertura, bem como contribuinte e beneficiário, deve concentrar-se em “atender às necessidades do País e potenciar as suas vantagens”. O Governo da RAEM deve tomar a iniciativa de responder às exigências do Governo Central, em articulação com as diversas políticas favoráveis a Macau, e acelerar a construção de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, no sentido de elevar continuamente a capacidade e o nível de governação da sociedade, para que os frutos do desenvolvimento possam beneficiar toda a população de Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 31.07.2024

Lançar medidas para impulsionar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, com vista à consolidação de bases para o emprego e a recuperação da economia

O apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas tem sido prioridade das acções governativas, e o Governo tem lançado diversas medidas para o efeito. Mas com o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com as mudanças dos hábitos de consumo dos residentes e turistas após a epidemia, as referidas empresas enfrentam cada vez mais dificuldades, e a sua situação até é mais grave do que durante a epidemia. Para melhorar a situação e aliviar a pressão destas empresas, o Governo está empenhado na revitalização da economia comunitária, apoia a transformação digital destas empresas, tem prolongado o prazo de reembolso de diversos planos de apoio financeiro, mas a situação continua a não ser muito satisfatória.

Segundo as Nações Unidas, as micro e as pequenas e médias empresas contribuem bastante para a economia regional e nacional, e revestem-se de grande importância para os grupos vulneráveis manterem a sua subsistência, como as mulheres e os jovens. Se conseguirem apoio suficiente, estas empresas podem contribuir para a reconversão económica, para a criação de emprego e para a promoção do crescimento económico justo. Assim, sugiro o seguinte:

Primeiro, o Governo lançou, no ano passado, os “Serviços de Apoio à Digitalização das PME”, para incentivá-las a aproveitarem o comércio electrónico e os canais de venda directa para a exploração de mercados. No Relatório das LAG para 2024, refere-se o lançamento do “serviço de apoio ao reforço da digitalização das PME”, para incentivar ainda mais as micro, pequenas e médias empresas a adoptarem soluções tecnológicas, elevando as suas capacidades operacionais e de gestão através da digitalização. Esta medida já está a ser implementada há algum tempo, então, sugiro ao Governo que avalie, atempadamente, os efeitos desta medida na melhoria da situação de exploração destas empresas, e que proceda às melhorias necessárias, com vista ao aumento da respectiva competitividade digital.

Segundo, a diferença no nível do pessoal é um factor importante que limita o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas. O Governo deve ter em conta as necessidades de desenvolvimento dos sectores e reforçar as acções de formação profissional para os trabalhadores destas empresas, com vista a elevar o nível dos seus recursos humanos e a garantir o direito ao emprego dos residentes.

Terceiro, são vários os factores que afectam a sobrevivência e o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, então, sugere-se ao Governo que proceda a uma investigação e análise sistemática da situação de

exploração destas empresas e que, tendo em conta os diferentes sectores e tipos de problemas, lance medidas de apoio específicas, com vista a promover a recuperação gradual das empresas em causa.

Quarto, os hábitos de consumo dos residentes e turistas mudaram após a epidemia, afectando a situação de exploração das micro, pequenas e médias empresas. O “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana”, lançado recentemente pelo Governo em conjunto com o sector comercial, contribuiu para melhorar o ambiente de consumo nos bairros comunitários, então, sugere-se a sua extensão a outras zonas, com vista a revitalizar o ambiente económico e comercial em geral.

As micro, pequenas e médias empresas representam mais de 95% do total das empresas de Macau, são um canal importante para absorver a população empregada, estão estreitamente ligadas à vida da população, e o seu desenvolvimento estável pode enriquecer os bens do dia-a-dia da população, porém, nos últimos anos, têm enfrentado desafios no seu desenvolvimento. Espero que o Governo e a sociedade consigam, em conjunto, definir boas políticas para o desenvolvimento sustentável destas empresas, consolidar bases para a recuperação económica e estabilizar o emprego em Macau.

Por fim, o Interior da China foi afectado, houve mesmo situações de destruição devido às condições climatéricas extremas sentidas este ano, registaram-se chuvas torrenciais e inundações graves em muitas regiões, um dique desabou, muitos compatriotas perderam as suas casas, e a economia foi gravemente prejudicada. O desabamento do dique em Xiangtan, Hunan, preocupa a população. Os compatriotas de Macau e do Interior da China estão todos no mesmo barco e estão ligados por laços sanguíneos, por isso, sugiro ao Governo que lidere uma campanha de solidariedade e a todos os sectores da sociedade que contribuam, sejam solidários e ajudem os compatriotas afectados.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 31.07.2024

Aperfeiçoar a Lei da habitação económica e permitir a candidatura individual às fracções T2, com vista a satisfazer as necessidades habitacionais e de desenvolvimento familiar dos residentes

A conclusão sucessiva de habitação pública, incluindo a habitação social na Avenida de Venceslau de Moraes e os três edifícios de habitação económica da zona A, no âmbito dos projectos de 2019 e que vão ser ocupados no próximo ano, dá resposta às expectativas de alguns residentes que aguardam há anos por uma habitação. Devido às mudanças económicas e do mercado, no final do ano passado, o Governo suspendeu a habitação intermédia e os cinco projectos de construção de habitação económica previstos para este ano, mas afirmou que, se necessário, pode retomá-los. Sendo uma prioridade das acções governativas, a política de habitação de cinco níveis não deve parar só por causa do ajustamento do mercado; e quanto à política de habitação pública, a elaboração de planos detalhados e o aperfeiçoamento contínuo do regime jurídico continuam a ser tarefas importantes.

O método de pontuação previsto na Lei da habitação económica visa satisfazer, prioritariamente, as necessidades dos agregados familiares, assim, no concurso de habitação económica de 2021, foram maioritariamente disponibilizados T2 ou T3, e entretanto, no concurso de 2023, aumentou a proporção de T1, para aumentar as oportunidades dos candidatos individuais. É de salientar que o Governo deve avaliar com rigor as reais necessidades dos candidatos. Com os esforços do Governo na promoção da construção de habitação pública e na recuperação dos terrenos, a oferta de habitação económica deve ser mais estável do que no passado, portanto, o Governo deve aperfeiçoar a lei, para, sobretudo, concretizar o conceito de habitação pública, que é incentivar o desenvolvimento familiar e apoiar as famílias.

Primeiro, espero que as autoridades procedam a estudos para promover a revisão da Lei da habitação económica. Com o aumento dos terrenos na posse do Governo nestes últimos anos, foram abertos vários concursos para a habitação económica, portanto, o Governo deve estar a par da estrutura dos agregados familiares dos candidatos e das suas necessidades ao nível da quantidade e tipologia das habitações, informações que contribuem para a definição de políticas de habitação pública mais aperfeiçoadas e adequadas às necessidades. Espero ainda que as autoridades revejam e aperfeiçoem as leis, optimizem o planeamento da habitação pública e as respectivas instalações complementares, aperfeiçoem as políticas de habitação e reforcem a sua implementação.

Segundo, continuo a esperar que as autoridades concretizem o mecanismo permanente de candidatura à habitação económica. Como a oferta da habitação pública é mais estável do que antes, o Governo deve permitir que os residentes que satisfazem os requisitos apresentem regularmente a sua candidatura

consoante as suas necessidades, e acelerar os respectivos procedimentos administrativos. Isto pode contribuir para a análise contínua das necessidades dos candidatos, para se conhecerem dados mais precisos, para avaliar e planear o número, a distribuição, a proporção das tipologias, os requisitos de candidatura, etc., e as habitações públicas a construir.

Terceiro, permitir que uma pessoa se candidate a um T2 e definir planos de oferta de T2 ou T3. Na altura, devido à escassez de terrenos, ao tempo necessário para a construção de habitações económicas e à grande procura, os candidatos individuais não podiam requerer uma habitação T2 ou de tipologia superior, e ao mesmo tempo, o Governo oferecia uma grande proporção de T1, dando prioridade à resolução do problema da "quantidade". Por causa desta regra, muitos jovens que querem casar-se, ter filhos e constituir família não têm alternativa senão candidatar-se a um T1. Olhando para os dados dos dois concursos de habitação económica de 2021 e 2023, tanto os agregados familiares como os candidatos individuais eram, na sua maioria, jovens. Em 2023, registaram-se 5820 boletins de candidatura com todos os documentos necessários, dos quais 4844 eram de candidatos com idades compreendidas entre os 23 e os 44 anos, e mais, os candidatos de agregados familiares compostos por 2 ou mais pessoas representaram 52% do total. Isto demonstra que são grandes as necessidades de tipologias T2 ou superior quer para os jovens em idade de casar quer para as famílias. Apelo mais uma vez ao Governo para "relaxar" os requisitos de candidatura à habitação económica, para permitir que acedam à compra de fracções T2 os candidatos individuais e os agregados familiares quando haja aumento do número dos seus elementos. O Governo deve ainda estudar a política de apoio ao desenvolvimento familiar dos residentes, isto é, a vida em comunhão de mesa com os idosos, e o aumento da oferta de habitações de tipologia T2 ou superior.

Por último, aquando da fixação dos preços das habitações económicas e intermédias, o Governo deve ter em conta a capacidade aquisitiva dos residentes e, ao mesmo tempo, concluir, de forma ordenada, a construção das habitações públicas, para os candidatos tomarem conhecimento, prepararem-se rapidamente, e poderem aceder à habitação. O Governo deve aproveitar a revisão da lei para definir, racionalmente, os rendimentos e os limites do património e dos rendimentos para a habitação social, económica e intermédia, proceder à articulação entre os respectivos regimes, e estudar a criação de escalões razoáveis para a aquisição de habitação própria, evitando que os agregados familiares qualificados sejam afectados devido à alteração irracional dos valores. Tudo isto para a concretização da política de habitação de cinco níveis, ou seja, habitação social, económica, intermédia, etc., em prol do bem-estar da população.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 31.07.2024

Contribuir com as forças de Macau para a sua integração no desenvolvimento do País

O 20.º Comité Central do Partido Comunista da China aprovou, na sua 3.ª Sessão Plenária, a “Decisão sobre um maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa”. Trata-se de uma mobilização e de um plano gerais para promover, nesta nova era e nova jornada, o aprofundamento integral da reforma a um nível mais amplo e profundo. Na Decisão, refere-se, em particular, que o desenvolvimento de alta qualidade é uma tarefa prioritária para a construção de um país socialista moderno em todos os aspectos. A educação, a ciência e tecnologia, e os talentos são a base e o suporte estratégico da modernização chinesa, sendo a abertura a marca distintiva desta modernização. Macau pode aproveitar as oportunidades da nova ronda de reforma e abertura do País nas áreas da ciência e tecnologia, da educação e da abertura ao exterior, para se integrar no desenvolvimento nacional com o seu desenvolvimento de alta qualidade, desempenhando melhor o seu papel no aprofundamento integral da reforma e na promoção da modernização chinesa.

No âmbito da educação, ciência e tecnologia, Macau tem dado grande importância ao espírito patriótico dos adolescentes e à sua qualidade e capacidade global. O ensino básico e o ensino superior de Macau têm-se desenvolvido muito bem, alcançando resultados faseados, e foram formados muitos quadros qualificados que amam a Pátria e Macau. Em particular, criaram-se cinco Laboratórios de Referência do Estado nas instituições do ensino superior de Macau e, com base nisto, Macau insiste e reforça a cooperação entre a indústria, a academia e a investigação, e promove o modelo de colaboração “Investigação e Desenvolvimento em Macau, Transformação em Hengqin”, o que contribuirá bastante para a promoção da estratégia de desenvolvimento diversificado e adequado “1 + 4”.

Na abertura ao exterior, Macau, com o apoio da Pátria e a sua ligação ao mundo, tem desempenhado um papel de “super-responsável de ligação”. Macau tem a vantagem institucional de “Um País, Dois Sistemas”, e é um centro mundial de turismo e lazer, uma plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, e uma base de intercâmbio e cooperação, com a coexistência de diversas culturas, mas com a cultura chinesa predominante, podendo ligar-se à Grande Baía, promover a ligação entre povos, construir uma ponte de cooperação para as empresas do Interior da China e prestar serviços de investimento e comércio para a construção de “Uma Faixa, Uma Rota”. O desenvolvimento da ciência e tecnologia local também pode ajudar a promover uma abertura ao exterior de alta qualidade. Como previsto na Decisão, Macau deve envidar mais esforços para atrair mais talentos de alto nível na área da ciência e tecnologia, acelerar a construção de um centro internacional de talentos de alto nível e promover o intercâmbio com outras regiões. As visitas de estudo

organizadas pela DSEDTE neste ano contribuíram para atrair empresas dos países de língua portuguesa a estabelecerem-se em Macau e para realizar diversas cooperações.

Macau já contribuiu para a educação, ciência, tecnologia e abertura ao exterior, e pode fazer muito mais no futuro. Sob a vantagem institucional de “Um País, Dois Sistemas”, a tradição de amor à Pátria e a Macau, bem como o posicionamento de “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”, há que tomar a iniciativa de assumir as responsabilidades, salvaguardar o que é correcto, manter a inovação, aproveitar as vantagens de Macau para corresponder às necessidades do País, promover um melhor desenvolvimento de Macau no aprofundamento da reforma do País, e celebrar, com novos resultados de desenvolvimento, os 75 anos da fundação da República Popular da China e os 25 anos do retorno de Macau à Pátria.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 31.07.2024

Reforço da diversidade de produtos alimentares para consolidação do cartão-de-visita de Macau, enquanto “Cidade Gastronómica”.

Classificada pela UNESCO como “Cidade Criativa de Gastronomia” em Novembro de 2017, Macau tornou famosa em todo o mundo. Na cultura culinária tradicional chinesa, os produtos alimentares frescos são considerados a base da cozinha. Independentemente de serem carne, marisco, frutas e legumes, ou produtos lácteos, os produtos alimentares frescos têm melhor sabor, e só quando os produtos alimentares são suficientemente frescos é que podem libertar aromas de fazer crescer água na boca e conferir cores sedutoras, tornando a degustação uma sensação visual e gustativa. Macau deve utilizar a gastronomia como elemento de intercâmbio cultural intangível, transmitindo e inovando as técnicas culinários tradicionais, utilizando os produtos alimentares mais frescos e saudáveis e mantendo a diversidade das cozinhas, de modo a proporcionar aos consumidores locais e aos visitantes pratos únicos e saborosos e a fazer brilhar a tabuleta dourada de “Cidade Gastronómica”.

No entanto, a escolha dos alimentos em Macau é relativamente restrita, o que limita o desenvolvimento de Macau enquanto cidade gastronómica. Por exemplo, desde Maio de 2017, altura em que se iniciou a epidemia da gripe aviária, tendo em conta a saúde pública e a necessidade de prevenção da gripe das aves, foi implementada a medida de "separação entre humanos e aves", suspendendo-se a importação, o comércio e a venda de aves vivas que foi substituída por aves refrigeradas. Só no início deste ano é que o fornecimento de galinhas vivas foi retomado. Segundo o sector da restauração, os produtos alimentares frescos e vivos são muito melhores do que os congelados, especialmente as galinhas frescas. Actualmente, apesar do fornecimento de galinhas frescas, as outras aves de capoeira apresentam grande diferença em termos de escolha, por exemplo, a qualidade de produtos alimentares como patos e gansos está muito aquém do das regiões vizinhas. Quanto aos outros produtos alimentares, também existem questões de importação que não são tão convenientes como nas regiões vizinhas.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Aumentar a variedade de produtos aviários frescos em Macau, tais como patos, gansos e pombos, para que o mercado tenha disponíveis mais ingredientes de alta qualidade, e que os cozinheiros de diferentes regiões possam combinar ingredientes frescos com a criatividade e técnica, criando uma gastronomia distinta para satisfazer a procura de comida de qualidade por parte dos residentes e turistas, consolidando o “cartão-de-visita dourado” de “Cidade Criativa de Gastronomia”.

2. Sugiro às autoridades competentes que alarguem as fontes de importação dos produtos alimentares de Macau. Macau, como cidade gastronómica, precisa

de “importar” os sabores e características especiais de diferentes países e regiões, por isso, sugiro que as autoridades apoiem activamente o sector a estabelecer relações directas de cooperação e de importação com os países de grande dimensão que fabricam produtos secundários agrícolas e os seus derivados, reduzindo a dependência e o risco advindos de uma única fonte de abastecimento e assegurando o fornecimento estável de produtos alimentares.

3. Recentemente, muitos residentes optam pela gastronomia do Interior da China, e uma das razões é a boa relação preço/qualidade dos restaurantes lá encontrados, que são mais atractivos do que os de Macau. Segundo o sector da restauração, os preços dos produtos alimentares importados em Macau são 20 a 30 por cento mais altos do que no Interior da China, por isso, sugiro ao Governo que ajude o sector a diversificar os canais de importação, para reduzir os custos dos produtos alimentares, e que aperfeiçoe o sistema de fiscalização dos preços, para acompanhar atempadamente a situação do mercado. Embora as empresas locais de restauração ainda tenham de lidar com questões como rendas altas e custos elevados de mão-de-obra, a garantia da qualidade dos alimentos e o controlo dos preços dos produtos importados permitem que os restaurantes locais consigam competir minimamente com os do Interior da China, atraindo mais residentes para os restaurantes de Macau.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 31.07.2024

Prestar atenção à organização das férias de Verão dos alunos

As férias de Verão começam em Julho e Agosto, então, os alunos podem aproveitar bem as longas férias para relaxar, mas também para aprofundar conhecimentos, alargar horizontes e viver novas experiências. Muitos jovens e crianças estão demasiado dependentes da *internet* e dos equipamentos electrónicos, que se foram generalizando. De acordo com um inquérito do Governo, 90% dos jovens não conseguem atingir os padrões do exercício físico diário e mais de 70% dos alunos passam mais tempo fora das aulas a divertir-se em ecrãs electrónicos, e como ficam parados durante muito tempo e na mesma postura, surgem situações de miopia, curvatura da coluna, e degeneração muscular, para além de outros riscos potenciais para a saúde.

Assim, tendo em conta as características desta era digital, e tomando como referência as experiências de outros países e regiões, sugiro ao Governo que emita orientações mais específicas para os encarregados de educação sobre, por exemplo, a limitação do uso diário de ecrãs nas diferentes idades e o reforço da interacção com as escolas, associações e encarregados de educação, para orientar os alunos a autocontrolarem o tempo de utilização das redes e dos produtos electrónicos e a distribuírem bem o tempo para a prática desportiva, a aprendizagem e o entretenimento, a fim de evitar desperdícios de tempo. O Governo deve ainda ter em conta as actividades de Verão realizadas anualmente, e aumentar o número das que se mostraram mais eficazes.

As férias de Verão são também muito preciosas para os universitários, especialmente para os que estão no 3.º ano, pois serão finalistas no próximo ano lectivo e terão de procurar emprego, enquanto os que finalizaram os seus cursos já estão a enfrentar a pressão da procura de emprego. A economia está a recuperar e o Governo está a promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de “1 + 4”, portanto, há que dar mais importância aos quadros qualificados polivalentes. Macau registou muitas mudanças no ambiente laboral e na estrutura dos postos de trabalho, e isto significa mais desafios para os jovens. Nos últimos anos, o Governo tem disponibilizado muitos serviços de apoio aos jovens, incluindo acções de formação e estágios, visitas a empresas do Interior da China, *workshops* para simulação de entrevistas de emprego, formação profissional, incentivos para a formação e certificação de quadros qualificados, etc. Espero que o Governo tome conhecimento e continue a acompanhar os resultados de todos estes serviços de apoio, e que proceda aos devidos ajustamentos atempadamente e de acordo com a situação do emprego e do desenvolvimento económico, disponibilizando apoio mais rico e adequado aos jovens de Macau e ajudando-os a dominar várias vertentes, para estes poderem dedicar-se activamente ao desenvolvimento da diversificação das indústrias “1 + 4”.

O ano lectivo já terminou e alguns alunos, pelas mais diversas razões, necessitam de mudar de escola, porém, segundo alguns encarregados de educação, em alguns anos de escolaridade as vagas são insuficientes. Sugiro às autoridades que, tendo em conta a situação do passado, aumentem as vagas escolares, melhorem a organização, reforcem a coordenação, e aumentem as consultas e o apoio psicológico, no sentido de apoiar os alunos a mudarem-se para as escolas mais adequadas para si.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 31.07.2024

Acrescentar constantemente novos elementos à “Cidade Gastronómica”

Em 2017, Macau foi designada Cidade Criativa da UNESCO na área da gastronomia, um título honroso para a cidade, onde não só existem hotéis e restaurantes com estrelas, como também muitos estabelecimentos de comidas e bebidas que se escondem nas ruas, e lojas de guloseimas autênticas, que merecem ser divulgados. Segundo o Guia Michelin 2024 para Hong Kong e Macau, publicado recentemente, Macau tem oito restaurantes com uma estrela, seis com duas estrelas e dois com três estrelas, e entre eles há restaurantes chineses, portugueses e também lojas antigas, espalhadas por diversos bairros e muito procuradas pelos locais e turistas. Ora, os cozinheiros, com as suas excelentes habilidades culinárias, confeccionam iguarias com toda a dedicação e tornam mais brilhante o cartão-de-visita de Macau enquanto “Cidade Gastronómica”.

Nos últimos anos, o Governo tem organizado várias competições de culinária, para promover a transmissão, a inovação e o intercâmbio no âmbito da “Cidade Gastronómica”. Em Junho deste ano, a DST organizou, pela primeira vez, a “Festa Internacional das Cidades de Gastronomia, Macau” e convidou representantes de 26 “Cidades Gastronómicas” para apresentar 60 demonstrações culinárias típicas, as quais foram muito bem recebidas por residentes e turistas.

Este ano comemoram-se os 75 anos da Implantação da RPC e os 25 anos do Estabelecimento da RAEM, por isso Macau deve continuar a promover e a transmitir a cultura gastronómica, mostrando o encanto do “turismo+gastronomia” de Macau, destacando o nosso “cartão-de-visita dourado” de metrópole internacional, para prestar homenagem à “dupla celebração”.

Assim, sugiro o seguinte:

1. As autoridades devem organizar, periodicamente, actividades ou concursos relacionados com a gastronomia, por exemplo, concursos de culinária da Grande Baía, de culinária internacional, etc., tomando como referência as práticas de alguns concursos famosos no estrangeiro, por exemplo, o famoso programa televisivo “Hell’s Kitchen”, onde os convidados profissionais que compõem o júri eliminam os concorrentes até apurarem um vencedor, o qual recebe um prémio especial, por exemplo, a oportunidade de assumir o cargo de chefe de cozinha de um restaurante de alto nível, tudo em prol de atrair a participação de chefes de cozinha de todo o mundo. Ao mesmo tempo, o concurso pode ser promovido através de programas televisivos, plataformas sociais e vídeos, para promover a imagem turística diversificada de Macau a nível internacional.

2. Se os cozinheiros vencedores no concurso em Macau puderem apresentar os seus trabalhos durante algum tempo no território, poderão desempenhar melhor um papel de atracção através da gastronomia diversificada. Assim, sugiro uma

melhor coordenação da política de controlo de entrada e de permanência por curto prazo no território, para que os *chefs* premiados possam aqui permanecer durante algum tempo. Essa curta permanência não só pode criar oportunidades para a troca de experiências e técnicas entre a indústria local e os *chefs* internacionais, como contribuir para a criação de diversos temas para atrair a vinda de turistas de todos os cantos do mundo para Macau. Mais, se forem conseguidos investimentos para a abertura de estabelecimentos em Macau, isso poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento diversificado da economia. Assim, tudo isto faz parte das políticas e medidas que o Governo pode implementar para atrair mais investidores.

3. Há uma relação de complementaridade entre os sectores da restauração e do turismo. O sector do turismo impulsiona o desenvolvimento da restauração e, por outro lado, o grau de desenvolvimento e a qualidade dos serviços da restauração afectam o desenvolvimento do sector do turismo. Hoje em dia, as gastronomias das diferentes zonas comunitárias são muito apreciadas e também transformadas em meios de atracção de turistas para essas zonas. Os serviços competentes devem interligar os itinerários dos turistas através da “descoberta de estabelecimentos de comida” nos diversos bairros comunitários, definindo itinerários gastronómicos nesses bairros, com vista a enriquecer a experimentação de novos sabores pelos visitantes e a elevar a imagem de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 31.07.2024

Visto de férias-trabalho e desenvolvimento diversificado da carreira profissional dos jovens

O visto de férias-trabalho (*working holiday visa*) é de curta duração, destina-se a viagens de trabalho e a residência, e permite que os visitantes com idades entre os 18 e os 30 anos, em alguns países até aos 35 anos, trabalhem e residam, porém, é proibido o exercício de profissões que exijam licença profissional, caso dos médicos, advogados, etc., bem como o exercício de actividades ilegais ou prejudiciais à moral.

Já em 2015, um deputado à Assembleia Legislativa questionou o Governo sobre a viabilidade de Macau conceder vistos de férias-trabalho, e este afirmou que ia estudar o assunto com a PSP e os Serviços Laborais, porém, nunca mais nada se ouviu. Por isso, eu e os jovens esperamos que isto avance. Estou convicto de que o lançamento destes vistos, assegurando a respectiva reciprocidade, seria um elemento importante para o desenvolvimento sustentável da indústria do turismo de Macau, e no caso dos jovens, estes poderiam aperfeiçoar as suas capacidades em línguas estrangeiras, ter mais visão internacional, e ainda acumular ricas experiências de vida, ao mesmo tempo que contactam com diversas culturas e formas de pensar, e, numa perspectiva de longo prazo, até seria possível contribuir para a imagem internacional de Macau, aumentando a sua fama e influência no exterior. Neste momento, Macau posiciona-se como centro mundial de turismo e lazer, mas as fontes de turistas internacionais são relativamente limitadas, estes provêm, essencialmente, de países asiáticos, especialmente do sudeste asiático, portanto, com o visto de férias-trabalho seria possível trazer Macau mais turistas de diferentes locais, promover o charme cultural único de Macau, proporcionar uma plataforma para os jovens estrangeiros explorarem Macau e promover a divulgação da cultura de Macau.

Desde 2001 até agora, Hong Kong já assinou acordos bilaterais no âmbito do “Plano de Trabalho e Férias” com 13 parceiros económicos, para reforçar o intercâmbio cultural e a cooperação bilateral, e promover o turismo e o desenvolvimento, criando um *soft power* que é indispensável a qualquer cidade internacional. Proponho ao Governo que, no âmbito do “Plano de Trabalho e Férias”, promova activamente a celebração de acordos bilaterais com os seus parceiros económicos, para proporcionar mais oportunidades de desenvolvimento e de intercâmbio aos jovens de Macau e do exterior, permitir o intercâmbio de talentos, beneficiar o turismo, e reforçar os laços internacionais. Os tipos de trabalho em Macau são limitados, e o visto de trabalho e férias é o canal ideal para os jovens adquirirem experiência no exterior, oferecendo-lhes oportunidades

para aprenderem e contactarem com diversas indústrias e para ficarem a conhecer os mercados do exterior, e mais, os que regressarem a Macau podem até trazer novidades para as indústrias de Macau.

Proponho também a criação de cursos-piloto de formação pré-profissional relacionados com as indústrias “1 + 4” nas escolas secundárias técnico-profissionais, para os alunos, antes de escolherem os seus cursos universitários, terem já conhecimentos básicos sobre as mesmas, com vista a elevar a sua competitividade e a criar uma reserva suficiente e sólida de quadros qualificados para o desenvolvimento a longo prazo dos respectivos sectores. Podem ainda organizar-se acções de formação profissional e estágios nas instituições de ensino superior, para estas instituições e as indústrias poderem colaborar e desenvolver-se sem sobressaltos, permitindo-se, por exemplo, que os residentes que frequentam cursos de medicina tradicional chinesa façam o seu estágio nas instituições de saúde do Interior da China. O Governo deve aprofundar e enriquecer o “Programa de estágios para os jovens de Macau” para abranger mais tipos de trabalho, a fim de facilitar o desenvolvimento diversificado dos jovens de Macau através do aumento das oportunidades de formação e estágio no exterior antes e durante o trabalho.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 31.07.2024

Introduzir atempadamente as políticas pertinentes para reduzir a taxa de desocupação de lojas e aumentar a atractividade de Macau em termos de investimento

Após a epidemia, o aumento de visitantes de Macau contribuiu para impulsionar, gradualmente, a recuperação económica de Macau. Porém, nos últimos anos, o modelo de consumo dos residentes e visitantes não parou de mudar, com um aumento de residentes que se deslocam ao Interior da China para fazerem compras, o que resultou na redução drástica dos negócios dos bairros comunitários, situação que se agravou ainda mais, especialmente durante os fins-de-semana. Consequentemente, muitas lojas nos bairros comunitários encerraram umas após as outras, com lojas fechadas em todo o lado. Segundo algumas opiniões, o Governo deve introduzir atempadamente medidas pertinentes para reduzir a taxa de desocupação de lojas nos bairros comunitários e melhorar o ambiente empresarial.

Segundo alguns lojistas, devido aos altos custos das rendas e da mão-de-obra em Macau, é difícil para as PME de Macau competir, em termos de preços, com as suas congéneres do Interior da China, o que causou impacto em muitas lojas dos bairros comunitários, em especial, as da zona norte. Ora, os lojistas podem acabar, simplesmente, os negócios após o termo do contrato de arrendamento, mas a procura de novos inquilinos comerciais depois de estas lojas terem sido desocupadas é mais morosa do que nunca, assim, a taxa de desocupação continua a aumentar. Além disso, o planeamento e a orientação inadequados do Governo relativamente ao posicionamento das empresas nos bairros comunitários dificultaram a formação de um círculo comercial com características distintivas e funções perfeitas, o que reduziu a atractividade das lojas, e muitas delas mantêm-se desocupadas. A recessão no mercado imobiliário também afectou a confiança dos investidores no mercado de Macau.

Na minha opinião, é difícil ter confiança numa só política para resolver os problemas acima referidos, o Governo deve adoptar uma abordagem multifacetada e introduzir soluções sistemáticas. Pelo que, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

Primeiro, promover oportunamente a imigração por investimentos relevantes, principalmente através da aquisição de lojas e escritórios. Existem ainda em Macau projectos de imigração por investimentos relevantes com um capital de 15 milhões de patacas, mas não são muito bem acolhidos pelos investidores devido à apreciação morosa dos pedidos, às exigências operacionais rigorosas e à baixa taxa de sucesso. Em Hong Kong, pode-se pedir a imigração por investimento desde que se adquiram imóveis comerciais de valor superior a 30 milhões de dólares de Hong Kong, o que estimulou a respectiva economia. O Governo pode tomar como referência a experiência de Hong Kong e, consoante a situação real

de Macau, lançar uma política de imigração por investimentos relevantes, principalmente para lojas e escritórios, e medidas complementares para apoiar os investidores. Isto contribuirá para introduzir novos capitais para Macau, impulsionar o desenvolvimento económico das zonas envolventes e melhorar o ambiente de negócios. A entrada de investidores nacionais e estrangeiros possibilitará promover a inovação do modelo de negócios na comunidade e aumentar ainda mais a atractividade de Macau para o investimento. Mais, estas medidas também podem aumentar a oferta efectiva no mercado imobiliário e aliviar a alta taxa de desocupação das lojas.

2. Acelerar a apreciação e aprovação das licenças, encurtar o prazo de arrendamento das lojas e o período de espera para a entrada em funcionamento das mesmas após a aquisição, devido a problemas com as licenças, para que os investidores possam começar a operar quanto antes, poupando os custos iniciais. Segundo proprietários das PME, todo o processo de licenciamento carece de apreciação e autorização de diversos serviços públicos, e quando há alteração ou complemento de informações pelos requerentes, estas situações atrasam gravemente o ritmo da emissão das licenças. Muitos salões de beleza, instituições de ensino ou clínicas enquanto aguardam a apreciação e aprovação do IAM, da DSSCU, dos SS, da DSEDJ, do CB, etc. já têm o arrendamento da loja e a contratação de pessoal efectivos, estando a suportar custos como renda e salário de trabalhadores. A impossibilidade de prever o andamento da emissão da licença, nem da abertura de portas durante o período de espera, acrescida da articulação com os pareceres dos diversos serviços públicos levam a que muitos investidores recuem. Assim, espero que o Governo eleve, de forma contínua, a eficiência administrativa e encurte o processo de licenciamento, a fim de otimizar o ambiente de negócios de Macau, atrair investidores de todo o mundo para investirem em Macau de forma diversificada e elevar a competitividade internacional de Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 31.07.2024

Controlo do tráfego e restrições à circulação de veículos pesados na ponte Nobre de Carvalho

De acordo com as medidas de controlo do tráfego implementadas em 2007, na Ponte Governador Nobre de Carvalho só é permitida a circulação de veículos de transporte público (autocarros públicos e táxis) e de veículos autorizados (por exemplo, veículos de serviços de emergência e outros). Com o desenvolvimento dos projectos habitacionais nas ilhas e a entrada em funcionamento de novas escolas, o número de alunos vai aumentar significativamente no novo ano lectivo, e como os autocarros das escolas não podem circular na Ponte Governador Nobre de Carvalho, vai aumentar significativamente o tempo gasto nos percursos. Para evitar atrasos, os motoristas só podem apanhar os alunos mais cedo, aumentando o tempo gasto nos percursos, a pressão do trabalho, e a baixa eficiência dos autocarros escolares. Perante esta situação, mais pais vão recorrer aos seus próprios veículos para levar os filhos à escola, o que vai originar um círculo vicioso de graves congestionamentos das vias públicas. Recebi, recentemente, mais queixas do sector dos autocarros escolares, dos encarregados de educação e das instituições de ensino, solicitando ao Governo que permita a circulação dos autocarros escolares na Ponte Governador Nobre de Carvalho, para facilitar o transporte pontual dos alunos e reduzir a utilização de veículos particulares e a pressão do trânsito.

Em 2020, o Governo assinou novos contratos com as duas concessionárias de autocarros e, de acordo com a cláusula sexta desses contratos, até 1 de Agosto de 2024, ou seja, a partir de amanhã, todos os autocarros grandes (antigamente veículos comerciais) devem usar energias amigas do ambiente. Mais, se existirem no mercado veículos a energias amigas do ambiente com a mesma dimensão ou semelhantes aos que estão a ser utilizados em Macau, os autocarros de pequena e média dimensão que não circulam nos itinerários que envolvem a Ponte Governador Nobre de Carvalho devem utilizar energias amigas do ambiente. De acordo com os dados disponíveis nas páginas electrónicas das duas companhias de autocarros, estas já adquiriram autocarros eléctricos pequenos, médios e grandes com extensores de autonomia. Segundo os dados da DSAT, até Março deste ano, existiam em Macau 1057 autocarros públicos, 830 a gás natural e a electricidade com extensores de autonomia, ou seja, 78,5%, e os restantes 227 a gasóleo.

Segundo o Decreto-Lei n.º 70/95/M (Regulamento da Ponte Nobre de Carvalho, Ponte da Amizade e Viadutos de Acesso), “na Ponte Nobre de Carvalho é proibida a circulação de veículos pesados, de carga ou passageiros, com peso igual ou superior a 15 toneladas.” Devido às diferenças de tecnologia, os autocarros com extensor de autonomia que circulam em Macau pesam 18 toneladas, pesam mais do que os autocarros a gasóleo, então, para poderem circular na Ponte Nobre de

Carvalho em cumprimento dos novos contratos, os autocarros grandes têm de ser substituídos por autocarros médios, o que vai afectar, com certeza, os passageiros e a capacidade de transporte.

Os autocarros que passam pela Ponte Nobre de Carvalho são grandes e transportam 60 a 90 mil passageiros por dia, mas após a entrada em vigor das novas regras, só podem circular na ponte autocarros médios. Segundo as informações na *internet*, para além da redução de 4 a 5 lugares, os autocarros médios com extensor de autonomia das duas companhias de autocarros têm uma lotação de 65 e 63 pessoas, ou seja, uma redução de 7,2% em comparação com os autocarros grandes. Isto aumenta a pressão ao nível da capacidade dos autocarros que circulam naquela Ponte, a redução do número de lugares afecta o conforto dos passageiros, mas até ao momento, o Governo ainda não apresentou qualquer solução ou resposta.

É de salientar que as emissões poluentes dos autocarros com extensor de autonomia são 70% mais baixas do que no caso dos autocarros a gasóleo, mas aqueles continuam a ter motores a diesel para a produção de energia, portanto, não são classificados como veículos movidos a energias amigas em Hong Kong e no Interior da China, entre muitas outras regiões, são apenas um produto para a transição para os veículos eléctricos e movidos a hidrogénio. No entanto, devido às infra-estruturas, Macau não consegue utilizar autocarros movidos a electricidade, por isso, não concordo com esta falsa forma de protecção ambiental, de substituir os autocarros a diesel por autocarros com extensor de autonomia, sob a premissa de sacrificar a capacidade de transporte através da Ponte Nobre de Carvalho nas horas de ponta. Se o Governo quer implementar, de facto, uma política de protecção ambiental, deve criar infra-estruturas para o estacionamento de autocarros, para o carregamento de electricidade e de hidrogénio, etc., para Macau poder ter transportes públicos verdadeiramente movidos a energias amigas do ambiente.

O Regulamento da Ponte Nobre de Carvalho, Ponte da Amizade e Viadutos de Acesso foi publicado em 1995, então, porque é que o limite de peso na Ponte Governador Nobre de Carvalho é de 15 toneladas? O Governo nunca explicou isto, por isso, apelo aos serviços competentes para procederem, quanto antes, a uma análise da estrutura da Ponte Nobre de Carvalho e a testes de suporte de carga, e para concretizarem, seriamente, o conceito de “governança científica” que o Governo defende, com vista a maximizar a eficácia das políticas de trânsito e garantir, ao mesmo tempo, a segurança do público.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 31.07.2024

Tomar a iniciativa de prestar apoio aos prédios dos “três não” para minimizar os riscos potenciais e garantir a segurança comunitária

Há em Macau muitos prédios antigos, cerca de 5 mil dos quais têm mais de 30 anos, e muitos deles são prédios dos “três não”, aliás, não têm órgãos administrativos, empresas de gestão nem comissões de condóminos. Devido à falta de uma gestão adequada, problemas como o desgaste estrutural, o envelhecimento das instalações e dos equipamentos e a falta de salubridade ambiental têm surgido com o crescente aumento da idade de prédios, o que não só afecta gravemente a vida quotidiana dos moradores, como também representa vários e potenciais riscos para a segurança comunitária.

Em meados de Junho deste ano, o Corpo de Bombeiros (CB) realizou uma inspecção específica aos prédios baixos e aos prédios dos “três não” localizados nos bairros antigos de Macau. Segundo o CB, muitas das instalações, interiores e exteriores, da maioria dos prédios antigos e baixos estão a envelhecer, e a concepção da construção não está totalmente em conformidade com as normas actuais de segurança contra incêndios, o que, em caso de incêndio ou de outros incidentes, agrava certamente a propagação do fogo e o perigo em causa. Muitas vezes, é difícil para os moradores dos prédios dos “três não” chegarem a um consenso, o que resulta na dificuldade de se proceder, atempadamente, à manutenção e reparação, o que leva facilmente à deterioração da estrutura e das instalações e, na ausência de equipamentos eficazes de combate a incêndios e de inspecções de segurança regulares, agravam-se os riscos de segurança dos prédios, tornando-os propensos a serem os mais atingidos por incêndios. Mais, há dias, dois transeuntes ficaram feridos quando uma janela de um prédio antigo no Bairro de San Kio caiu porque estava solta e não foi reparada a tempo. O incidente fez soar mais uma vez o alarme sobre a segurança da estrutura e das instalações dos prédios antigos. Deve a sociedade prestar mais atenção e dar importância a esta questão.

O “envelhecimento das instalações”, o “incumprimento das exigências do projecto de construção” e a “dificuldade em chegar a um consenso entre os moradores” são problemas comuns enfrentados pelos moradores dos prédios dos “três não”, mas a situação mantém-se e agrava-se ao longo dos anos. Os serviços responsáveis pela definição e implementação das políticas de habitação continuam a ignorar esta situação, apenas afirmam que a administração dos edifícios privados é da responsabilidade dos proprietários, não querem tomar a iniciativa de encontrar soluções para resolver o problema, portanto, continuam passivos e burocráticos. Ao longo dos anos, não houve qualquer revisão ou melhoria, o que deixou a sociedade desapontada.

É de salientar que, a administração predial é da responsabilidade de todos os proprietários e moradores, e a qualidade da administração quotidiana está

directamente relacionada com a vida dos moradores. Se a falta de uma administração adequada causar riscos de segurança comunitária, não só os moradores ou vizinhos vão ser afectados, como também o público e toda a sociedade, portanto, o Governo não pode esquivar-se das suas responsabilidades. A maioria dos moradores dos muitos prédios antigos e dos "três não" são idosos ou inquilinos que vivem sós, por isso, na prática, é difícil exigir aos proprietários ou moradores que giram os edifícios por si próprios. Se o Governo continuar a insistir que a administração dos edifícios privados é da responsabilidade dos proprietários ou dos moradores, deixando que a situação se mantenha, tal poderá ocasionar prejuízos irremediáveis para a sociedade. Na minha opinião, os serviços competentes devem proceder a uma avaliação séria da realidade e prestar apoio atempado e adequado aos moradores com dificuldades, para reduzir os potenciais riscos ao nível da higiene, segurança pública, segurança contra incêndios e estrutura, melhorando a qualidade do ambiente habitacional da comunidade e a segurança da vida e dos bens dos residentes.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O Governo da RAEM criou, em 2007, o Fundo de Reparação Predial, tendo sido lançados sete planos de apoio. De acordo com os dados do Instituto de Habitação, até ao dia 19 do corrente mês, foram aprovados 6376 pedidos, envolvendo 4199 prédios. Estes números reflectem que os proprietários têm uma maior consciência sobre a reparação e manutenção dos seus prédios, e que os referidos planos conseguiram contribuir, em certa medida, para a melhoria da qualidade dos prédios e do ambiente habitacional. Sugere-se ao Governo que aperfeiçoe, de forma contínua, os planos do Fundo de Reparação Predial, actualize o montante e o âmbito do apoio financeiro, incluindo a concessão de apoio financeiro específico aos prédios cujas obras de construção não satisfaçam, plenamente, os critérios actuais de segurança contra incêndios e simplificar os diversos procedimentos para facilitar os pedidos dos residentes, tomando, assim, a iniciativa de cumprir as suas funções e prestando apoio adequado aos residentes com dificuldades concretas.

2. Sugere-se ao Governo que reforce o apoio e a assistência à administração predial, através de medidas de incentivo e assistência, incluindo a prestação de apoio técnico e de formação aos proprietários que pretendem participar na gestão dos edifícios, o aumento dos conhecimentos jurídicos sobre as técnicas de operação prática e o tratamento dos diversos procedimentos, a promoção da criação de assembleias de condóminos dos prédios que não têm esta assembleia, nem administração, nem empresa de administração (prédios dos "três não"), no sentido de garantir conjuntamente a segurança pública da comunidade.

3. Propõe-se ao Governo que, através da cooperação e partilha de recursos, colabore com as organizações comunitárias, instituições profissionais e administrações de condóminos, para além de prestar apoio técnico e conhecimentos profissionais sobre a administração de prédios dos "três não",

formular soluções conjuntas para melhorar a eficiência e a eficácia da resolução de problemas. Ao mesmo tempo, sugere-se que se tome como referência o plano de “*House Captains*” do “*Community Investment and Inclusion Fund*”, criado em 2002 em Hong Kong, a fim de prestar apoio atempado aos assuntos dos prédios dos “três nãos”, da vizinhança e das necessidades quotidianas dos moradores, construindo, em conjunto, uma rede de apoio comunitário mais estreita.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 31.07.2024

Persistir na promoção do turismo através da cultura e no realce da cultura através do turismo, para formar uma indústria de turismo e lazer integrado, de excelência, dedicada e forte

Macau, onde se cruzam as culturas oriental e ocidental, e existem as construções tradicionais chinesas e as construções de estilo sul-europeu, possui um contexto histórico único e uma multiculturalidade que lhe conferem um sabor histórico único e particularidades na experiência turística. Após o retorno à Pátria, o Governo da RAEM tem dado grande importância aos trabalhos de preservação cultural, tendo o Centro Histórico de Macau sido classificado como Património Mundial. Recentemente, Macau foi eleita como uma das “Cidades Culturais da Ásia Oriental 2025”, o que traz mais um cartão-de-visita e é força motriz importante para o desenvolvimento da sua indústria de turismo e lazer.

O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, apontou, no Relatório das LAG para 2024, que este é o primeiro ano da implementação do Plano “1+4”, e que o Governo vai formar uma indústria de turismo e lazer integrado, de excelência, dedicada e forte, e enriquecer o centro mundial de turismo e lazer. A conotação cultural é uma parte importante dos recursos turísticos. Através da exploração e aproveitamento dos recursos culturais, do enriquecimento do tipo de produtos turísticos e do conteúdo das actividades turísticas, será possível aumentar, eficazmente, a dimensão do sector do turismo e elevar a sua qualidade. Por isso, Macau deve desenvolver ainda mais as suas vantagens culturais, insistindo na promoção do turismo através da cultura e no realce da cultura através do turismo.

Os trabalhos de revitalização das seis zonas históricas e culturais, que abrangem a zona da Barra no entorno da Doca D. Carlos I, as pontes-cais n.ºs 23 e 25, a Rua de Cinco de Outubro, o Porto Interior, a Rua da Felicidade, a Avenida de Almeida Ribeiro, a Ponte 16, a Rua das Estalagens, o Pátio da Eterna Felicidade, a Fortaleza do Monte, a Freguesia de São Lázaro, os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, a Fábrica de Panchões Iec Long e as Casas-Museu da Taipa, alcançaram progressos importantes, conseguindo explorar os recursos culturais e turísticos relativos, por exemplo, ao porto piscatório, às indústrias naval e de panchões, aos pátios e becos, às arcadas históricas e à arquitectura com características históricas. Assim, pode reforçar-se a promoção da integração profunda do turismo cultural, para, em articulação com as características culturais e os espaços daquelas zonas, aditar mais elementos, por exemplo, os elementos culturais e criativos, as artes, as feiras nocturnas, a economia aquática, a gastronomia, e as esplanadas e feiras, com vista à criação de pontos turísticos e culturais e de zonas de lazer com características próprias, injectando-se novos elementos e vitalidade na indústria de turismo e lazer local, e enriquecendo-se o conteúdo da construção, em Macau, numa “base de intercâmbio e cooperação para a promoção da coexistência multicultural, com predominância da cultura chinesa”. Tudo isto contribuirá para contar bem a história de Macau; trazer, através dos

(Tradução)

excelentes *hardware* e *software* turísticos e dos serviços de alta qualidade, novas sensações e divertimentos aos turistas, melhorando a sua experiência turística e prolongando a sua estadia; atrair mais turistas e explorar mais fontes de turistas, nacionais e do exterior; desenvolver uma indústria de turismo e lazer integrada de excelência; promover o desenvolvimento de alta qualidade quer do turismo quer da economia e, por fim, acelerar a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 31.07.2024

Exorto o Governo a agir para apoiar os moradores do Edifício Koi Nga a resolverem pela raiz o problema de desprendimento das paredes exteriores, e a adoptar medidas provisórias para garantir a segurança dos mesmos ao entrarem e saírem

Desde a ocupação das habitações públicas do Edifício do Lago e do Edifício Ip Heng de Seac Pai Van, tem havido frequentemente a queda de azulejos nas partes comuns do interior e nas fachadas dos edifícios, cuja área é grande e a queda é frequente. Isto não só afecta a vida quotidiana dos moradores, como também constitui uma ameaça para a segurança pública. Este caso arrastou-se durante dez anos e só em 2021, após a divulgação do relatório do CCAC, é que surgiu uma luz no fundo do túnel relativamente aos trabalhos de reparação. Mas, no Edifício Koi Nga, em Seac Pai Van, que foi construído quase na mesma altura, também se regista a queda de azulejos em grande escala.

Segundo os moradores do Edifício Koi Nga, nos últimos anos, têm-se verificado vários problemas de qualidade após a sua ocupação. Os serviços competentes têm exortado o empreiteiro a acompanhar e a resolver os problemas, mas, com o passar do tempo, tem-se verificado a queda de azulejos em vários blocos desse edifício, no interior e nas paredes exteriores, sendo este problema cada vez mais frequente. Agora, quando há tufão ou mau tempo, surge sempre a queda de diferentes níveis de azulejos nas paredes exteriores. Os espaços públicos ao ar livre do Edifício Koi Nga já se encontram, na sua maioria, vedados com cordão policial, mas os moradores entendem que o efeito não é muito grande, uma vez que os azulejos que se soltaram, com o vento, também chegaram a cair na via pública.

Segundo os serviços competentes, o prazo de garantia do Edifício Koi Nga já terminou, e a responsabilidade agora é dos proprietários. Não é que o proprietário não queira assumir a responsabilidade, mas, de facto, os moradores das fracções económicas são famílias da camada de base ou da “classe sanduíche”, com rendimentos limitados, e a reparação geral das fachadas envolve, muitas vezes, um “montante astronómico” de 10 milhões, o que está muito além da capacidade dos moradores e das empresas de administração. Mais, a zona é densamente povoada, com escolas e lares de idosos, e muitos idosos, portadores de deficiência e crianças atravessam as áreas comuns do complexo de habitação pública do Edifício Koi Nga, e em redor do edifício estão também instalados o parque de estacionamento público e paragens de autocarros. Se a queda de azulejos na fachada continuar, com a aproximação da época de tufões, a segurança pública será gravemente ameaçada. Tendo em conta a premência da situação, tornam-se necessárias a intervenção e a colaboração imediata do Governo e dos serviços competentes.

“Habitação para todos, bem-estar para todos” é o objectivo da política de habitação do Governo, e os nomes do complexo de habitações públicas na zona de Seac Pai Van também têm o sentido de “bem-estar para todos”. O Governo despendeu muitos anos e muito dinheiro público na construção, desde o nada, de habitações, e tudo isto tem como objectivo facultar uma casa para os residentes. Trata-se de uma medida meritória, só que não foi bem efectuada na última fase. Com a chegada da época de tufões e a ocorrência frequente de mau tempo, essas ameaças que recaem sobre os residentes levam-nos a ficar preocupados, dia e noite.

Assim, solicito ao Governo que cumpra, activamente, as suas atribuições de fiscalização dos serviços públicos e ordene aos serviços subordinados a criação de um grupo de coordenação interdepartamental, para intervir e ajudar os residentes a resolverem os problemas. Tendo em conta a segurança pública, solicito ainda ao Governo e aos serviços competentes que tomem medidas provisórias de segurança, por exemplo, a instalação de passagens provisórias com cobertura em redor dos edifícios e nas áreas comuns ao ar livre, garantindo a segurança dos moradores.

Quanto aos grandes projectos de reparação de edifícios, o Governo e os serviços competentes devem ponderar otimizar ou ajustar os actuais planos do fundo de reparação, ou lançar os planos de apoio financeiro respectivos, aumentando o montante de apoio, para ajudar os proprietários das camadas desfavorecidas ou de base a realizarem, quanto antes, obras de reparação, evitando eventuais problemas.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 31.07.2024

Aperfeiçoar os cursos e apoios financeiros do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, para atender às necessidades sociais

O Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo foi lançado em 2011 e atribui um subsídio de 6000 patacas. O objectivo era aumentar as qualidades e competências individuais, mas passou a ser promover a formação contínua ou a obtenção de certificação, em prol do desenvolvimento da diversificação adequada da economia e das indústrias de Macau e da criação duma sociedade em aprendizagem. Assim, foi actualizada a lista dos subsídios que abrange 800 exames de certificação profissional reconhecidos internacionalmente e a nível nacional. Pode ver-se que o Governo tem aperfeiçoado o posicionamento e a finalidade do Programa, para dar prioridade ao desenvolvimento sinérgico das indústrias.

É verdade que o programa tem desempenhado um papel activo na elevação das qualidades e competências individuais dos residentes, mas o montante do subsídio, de 6000 patacas, não é actualizado há muitos anos, e é cancelado quando não é usado no prazo determinado, o que constitui uma certa limitação para os residentes que pretendem candidatar-se a cursos de alta qualidade e de alto custo. Alguns cursos dirigidos a profissionais altamente qualificados e de chefia administrativa, que são mais exigentes em termos da especialização e estágio, requerem muito tempo e recursos. Por isso, um subsídio de valor fixo já não vai ao encontro das diferentes exigências de formação, e afecta a motivação dos residentes em participar neste tipo de cursos.

Além disso, o âmbito da aplicação do apoio financeiro do “Plano” no Interior da China limita-se aos cursos do ensino superior ou de educação contínua ministrados pelas instituições de ensino superior locais, enquanto alguns cursos de formação profissional de carácter prático, integrados nas indústrias típicas da Grande Baía, por exemplo, o comércio electrónico transfronteiriço, as indústrias culturais e criativas, a segurança cibernética, etc., estão fora do âmbito do financiamento, o que limita os residentes de Macau que não podem beneficiar plenamente dos recursos educativos diversificados.

Assim, com o pleno desenvolvimento da diversificação da economia de “1 + 4”, a reserva de talentos reveste-se de particular importância, uma vez que o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” é uma das medidas para elevar as capacidades técnicas dos residentes de Macau. A forma de proceder à sua optimização, em articulação com as quatro indústrias, e satisfazer as necessidades dos quadros qualificados de diferentes níveis reveste-se de grande significado para a promoção do desenvolvimento das indústrias.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Aumentar o valor do apoio financeiro de acordo com as necessidades sectoriais. Proponho que, em conjugação com as necessidades da procura de quadros qualificados para as quatro grandes indústrias, se definam os subsídios para os cursos de aperfeiçoamento de nível elementar, médio e superior, os respectivos valores consoante os critérios, o tipo e o nível dos cursos. Por exemplo, quanto maior a especialização e dificuldade dos cursos de aperfeiçoamento relacionados com o desenvolvimento das indústrias prioritárias de Macau maior será o valor do subsídio.

2. Alargamento a mais cursos de certificação atribuídos no Interior da China. Actualmente, o “programa” limita-se aos cursos organizados pelas instituições do ensino superior do Interior da China. Sugiro que o “programa” inclua a inscrição nos cursos, nos exames de credenciação da Grande Baía e nos exames de credenciação para o exercício de actividades profissionais a nível local, pois isso pode ajudar, efectivamente, os residentes de Macau que trabalham na Grande Baía, aumentando as suas opções para os cursos de formação.

3. Criar uma conta para o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Actualmente, se os residentes não utilizarem, dentro do prazo fixado, o valor do “programa”, o montante será restituído ao Governo. Assim, sugiro a criação de uma conta para o “programa” e que o seu montante possa ser acumulado, pois isto pode ajudar os residentes a inscreverem-se em cursos altamente especializados e com propinas elevadas, proporcionando assim um forte apoio aos quadros qualificados na diversificação industrial de Macau.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 31.07.2024

Resultados e desenvolvimento sustentável do Festival Internacional de Artes para Crianças de Macau

O 1.º Festival Internacional de Artes para Crianças de Macau, organizado pelo Instituto Cultural e co-organizado por várias entidades, está a decorrer ao longo de Julho e Agosto, abrangendo nove secções e 45 projectos, com mais de mil espectáculos e actividades, como actuações cativantes, musicais, exposições, filmes, instalações ao ar livre, *workshops*, festivais de arte, etc., os quais animam as férias de Verão das crianças e dos alunos, e enriquecem a vida familiar da população.

Na realidade, já foram realizados bastantes festivais de arte para crianças no Interior da China e no exterior, e cada região tem as suas próprias considerações e pontos de interesse. O Governo pretende, através desta iniciativa, transformar Macau numa base artística e criativa para crianças, contribuindo assim para a construção de Macau como “cidade do espectáculo”. Na minha opinião, a realização deste festival pode articular-se com o Festival de Artes de Macau e com o Arte Macau, formando e arrebatando mais público, mas o que mais me importa é o significado e o valor da iniciativa.

A sociedade de Macau está a enfrentar o problema da baixa taxa de natalidade, uma situação que toca sempre o relacionamento de uma criança com os seus “dois ascendentes mais próximos” (os pais), e “os quatro ascendentes mais distantes” (os avós maternos e paternos). Numa família com poucos filhos, os pais dão maior importância à educação das crianças, e os membros da família sentem maior pressão. O “Festival Internacional de Artes para Crianças de Macau” pode ser uma actividade de curto prazo para complementar a formação das crianças, e também ajuda os pais na procura de actividades de férias de Verão para os filhos em idade escolar. A longo prazo, este festival pode promover o desenvolvimento saudável das crianças. Através de actividades culturais e artísticas de alta qualidade, pode-se conseguir uma formação global da moralidade, da inteligência, do corpo físico, do convívio em grupo, da dignidade e de todos os aspectos da personalidade humana. Com essa formação, espera-se que, no futuro, se possam formar talentos de Macau com sentimentos de amor pela Pátria e por Macau, e uma visão internacional. Por outro lado, o Festival Internacional de Artes também deve contribuir para o desenvolvimento integrado da cultura e do turismo de Macau.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Aumentar os elementos da família e da educação. Alguns participantes afirmaram que o conteúdo da primeira edição do festival foi muito rico, mas esperam alargar ainda mais os elementos de diversão familiar e promover a relação entre pais e filhos. É também necessário contar com a participação de mais associações cívicas para, através de diferentes formas de teatro, de experiências

DIY e de divulgação de informações se poder conseguir a educação quanto à segurança rodoviária, da saúde e alimentar, etc., para apoiar a educação familiar e enriquecer a educação cívica. A partilha de experiências e conhecimentos sobre a educação artística das crianças ajuda também os encarregados a conhecerem melhor os seus filhos.

2. Dar atenção às necessidades de participação dos grupos sociais mais carenciados. Há que apoiar, através dos serviços públicos e associações, mais famílias em situação vulnerável, e incentivar deficientes e crianças com necessidades especiais a participarem em actividades, para a sociedade cultivar a aceitação, a tolerância e a entreaajuda, em prol da harmonia social.

3. Reforçar o intercâmbio com as associações artísticas para crianças de todo o mundo. Há que convidar grupos artísticos do exterior para actuarem cá, criando condições para as crianças chinesas e estrangeiras actuarem no mesmo palco. Em conjugação com o desenvolvimento da indústria cultural e turística, há que promover o turismo internacional, para os estrangeiros conhecerem a imagem de Macau como “Cidade Cultural da Ásia Oriental” e para as crianças de Macau poderem contactar com línguas, culturas, costumes e hábitos de vida de diferentes regiões, alargando os horizontes. O intercâmbio entre grupos artísticos estrangeiros e as crianças de Macau pode contribuir para o cultivo de sementes de respeito pelas diferentes civilizações e o intercâmbio mútuo junto de pessoas da mesma idade, tanto chinesas como estrangeiras.

“As flechas disparadas não podem ser recuperadas”. Mesmo que se trate apenas de um projecto para crianças, desde que seja benéfico para o desenvolvimento social a longo prazo, devemos persistir, reunir sabedorias e trabalhar para tornar as coisas cada vez melhores.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 31.07.2024

Criar uma atmosfera de respeito pelos militares e uma base sólida para o desenvolvimento do amor pela Pátria e por Macau

Amanhã, 1 de Agosto, comemora-se o aniversário da Fundação do Exército de Libertação do Povo Chinês, portanto, apresento aqui os meus cumprimentos festivos e as mais elevadas saudações a todos os militares do País. Recordando os tempos da Guerra de Resistência contra a Agressão Japonesa e da Guerra de Libertação, muitos militares lutaram pela Pátria, combatendo corajosamente nos campos de batalha, sem medo do sacrifício, e assim a Nova China foi fundada. A China pôde alcançar o actual nível de desenvolvimento e o povo pode viver uma vida tranquila e feliz hoje em dia, porque temos um exército heróico sem medo de sofrer, nem de se sacrificar, e usa sempre a sua vida para defender o País.

O desenvolvimento actual de Macau deve-se ao grande apoio do País, especialmente sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”, e com a Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês é que podemos ter um espaço de desenvolvimento tão pacífico. A Guarnição em Macau, para além de se responsabilizar pela defesa nacional, assegura também a segurança da RAEM. Após a passagem do tufão Hato, cuja severidade só se encontra em cada cem anos e que arrasou a cidade, os militares da Guarnição em Macau trabalharam ininterruptamente na linha da frente, sob o sol intenso, para limpar as ruas, evitando assim a ocorrência de epidemias pós-catástrofe. A população local e os militares da Guarnição em Macau lutaram em conjunto contra a calamidade, o que permitiu à sociedade recuperar rapidamente a ordem e o funcionamento. A sociedade de Macau sentiu-se profundamente comovida com a dedicação e o contributo da Guarnição em Macau, e expressa-lhe os mais sinceros votos de agradecimento e respeito.

Segundo a “Lei Básica de Macau”, o Governo Popular Central é responsável pela defesa da Região Administrativa Especial de Macau, e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau é responsável pela manutenção da ordem pública na Região. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, a sociedade de Macau tem sempre uma tradição gloriosa de amor à Pátria e a Macau, e, quando o País apela, Macau responde. Hoje, num período de grandes mudanças sem precedentes nos últimos 100 anos, perante os desafios do desenvolvimento do ambiente externo e dos riscos da segurança nacional, o Governo da RAEM deve consolidar e reforçar ainda mais a consciência da sociedade sobre o amor à Pátria e a Macau, criar na sociedade um bom ambiente de respeito pelos militares e consolidar, no sistema institucional, a base para o desenvolvimento do amor à Pátria e a Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Desde o 18.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o Estado tem vindo a melhorar as regalias e a protecção dos militares, e o Presidente Xi Jinping tem planeado, organizado e promovido, pessoalmente, a criação de um mecanismo de gestão dos veteranos. Nos últimos anos, as províncias e as cidades do Interior da China têm correspondido, activamente, às políticas, alargando, de forma contínua, o âmbito de tratamento preferencial dos veteranos e fornecendo-lhes benefícios em vários aspectos, como transporte, turismo e alojamento hoteleiro. Macau é parte importante do sistema de governação do País, por isso sugiro ao Governo que pondere a criação de passagens prioritárias para os veteranos nos pontos turísticos e a implementação de medidas de redução e isenção de tarifas, aumentando, assim, a atenção e o respeito da sociedade para com os veteranos.

2. Há muitas imagens vivas que reflectem o amor à Pátria e a Macau durante o nosso desenvolvimento histórico, onde se incluem os períodos da guerra de resistência contra a agressão japonesa e da guerra de libertação, e o período de pós-fundação da Nova China, em que as pessoas de Macau participaram nos trabalhos da linha da frente. Actualmente, ainda há imagens de residentes de Macau a participarem na guerra de autodefesa contra o Vietname, pelo que este espírito de dedicação ao País merece ser divulgado. Sugiro que o Governo da RAEM coopere com a sociedade para descobrir mais histórias de amor à Pátria e a Macau, recolher mais dados históricos e divulgá-los junto do público, para reforçar e consolidar as forças patrióticas e de amor à Pátria e a Macau.

3. Diz-se que “só há lar quando há país”, por isso defender os interesses de desenvolvimento do País é uma responsabilidade e um dever comum de todos nós. Macau, hoje em dia, partilha um destino comum de desenvolvimento com o País e, enquanto parte deste, deve também assumir um papel preponderante nas suas responsabilidades. O País tem tomado conta dos residentes de Hong Kong e Macau, isentando os seus residentes do dever de prestação do serviço militar, mas, sob o desenvolvimento de uma nova era, há em Macau muitos jovens com vontade de assumir estas responsabilidades e entusiasmados por se dedicarem à construção e ao desenvolvimento do País. Na integração da conjuntura do desenvolvimento nacional, o Governo da RAEM deve estudar o alargamento do espaço de desenvolvimento dos jovens e a sua integração na construção nacional, por exemplo, dialogar com os serviços competentes do Estado para criar uma via de prestação de serviço militar voluntário, para os jovens poderem ter mais opções de desenvolvimento na sua vida e contribuir para o desenvolvimento do País.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 31.07.2024

Melhoria dos transportes transfronteiriços entre Hengqin e Macau em prol da fluidez nas estradas e na circulação de pessoas, e conseqüentemente, na circulação do dinheiro

Os transportes são essenciais para o desenvolvimento urbano e são manifestação do desenvolvimento socioeconómico e da competitividade e cooperação regionais. A Zona de Cooperação Aprofundada é uma importante plataforma e uma oportunidade para Macau se integrar no desenvolvimento nacional. Desde a conclusão do “Novo Bairro de Macau” e de outras obras relacionadas com a vida da população, a procura de meios de transporte entre os dois locais tem aumentado, assim como as expectativas dos residentes em relação à conveniência dos transportes transfronteiriços. No Plano de Desenvolvimento Geral da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, divulgado em 2023, estão claramente definidos o rumo específico da construção de um centro modal de transportes regional e os indicadores-chave respeitantes à passagem alfandegária de pessoas e veículos, demonstrando a importância e a necessidade das ligações para o desenvolvimento regional e que a facilitação dos transportes é indispensável para promover a integração dos residentes no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada.

A fluidez do trânsito é essencial para apoiar o fluxo de pessoas e bens. O modelo de “liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha” permite que pessoas e mercadorias entrem e saiam da Zona de Cooperação Aprofundada sem sobressaltos, servindo de base institucional sólida e oferecendo mais conveniência e possibilidades às movimentações entre a RAEM e as cidades da Grande Baía. Para além da importância e reforço da concretização da política de facilitação do transporte transfronteiriço, o Governo deve aproveitar as vantagens do sistema de “negociação, construção, gestão e partilha conjunta” da Zona de Cooperação Aprofundada, ligar os pontos do trânsito transfronteiriço, reduzir o tempo e os custos económicos das viagens dos residentes, e aumentar as condições favoráveis para o desenvolvimento e a vida na Zona de Cooperação Aprofundada.

Assim sendo, apresento as três sugestões seguintes:

1. Promover a política de acesso de veículos com matrícula única de Hengqin à província de Guangdong. Com o apoio das políticas nacionais, o fluxo transfronteiriço de veículos tem aumentado constantemente, constituindo um meio importante para a integração dos residentes de Macau na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada. No início deste ano, a Zona de Cooperação Aprofundada divulgou os “métodos de gestão para a entrada e saída de veículos de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (recolha de opiniões)”, com a pretensão de permitir a entrada de veículos com matrícula única de Hengqin noutras regiões administrativas da Província

Guangdong. Propõe-se ao Governo que reforce a comunicação e a coordenação com os serviços respectivos, para pôr em prática essas políticas quanto antes, com vista a criar condições favoráveis ao desenvolvimento de Hengqin e Macau, a proporcionar mais opções para a integração dos residentes na Grande Baía e medidas práticas para aliviar a pressão na fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2. Criação duma carreira especial transfronteiriça. Com a conclusão em breve da estação do Metro Ligeiro na Ilha de Hengqin, o transporte ferroviário Hengqin-Macau vai ser uma ligação perfeita. No ano passado, o Governo assinou o “Acordo sobre as Quotas para os Autocarros e Táxis Transfronteiriços entre Guangdong e Macau”, que proporciona condições para a gradual liberalização do transporte transfronteiriço de passageiros e construção duma rede completa de transportes públicos transfronteiriços na Zona de Cooperação Aprofundada. Actualmente, esta Zona dispõe de uma linha de serviços transfronteiriços entre Macau e Hengqin (Tong Qin Hao), mas apenas para servir as grandes empresas e instituições de ensino superior de Macau e da Taipa, não conseguindo abranger a totalidade da população. Sugere-se ao Governo que colabore com as autoridades desta Zona, planeie e lance carreiras transfronteiriças exclusivas que abranjam as diversas zonas de Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada, a fim de melhorar os transportes públicos transfronteiriços e concretizar a integração Hengqin-Macau no âmbito do desenvolvimento e da vida da população.

3. Reforçar a divulgação das informações sobre o trânsito transfronteiriço. Para além das referidas carreiras entre Macau e Hengqin, o Governo anunciou, recentemente, que os serviços de marcação de táxis transfronteiriços vão entrar em funcionamento no final deste ano, e que as diversas formas de deslocação vão ser cada vez mais aperfeiçoadas. Espera-se que o Governo proceda à integração das informações sobre os transportes públicos e à marcação prévia, criando uma plataforma uniformizada para o efeito. Entretanto, espera-se que as autoridades reforcem a colaboração com as associações cívicas, realizem acções de divulgação e promoção entre os residentes, para estes ficarem claramente a conhecer os meios de transporte que podem escolher, e abram mais canais para a recolha de opiniões, a fim de facilitar a apresentação atempada de opiniões por parte dos residentes e impulsionar o aperfeiçoamento contínuo das políticas.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 31.07.2024

Continuação da promoção de benefícios para os residentes e turistas, com vista a revitalizar a economia comunitária

À medida que o Governo da RAEM continua a promover diversas medidas para alargar as fontes de turistas e políticas de apoio à entrada, saída e turismo de Macau concedidas pelo Governo Central no corrente ano, a indústria turística de Macau tem vindo a recuperar satisfatoriamente no primeiro semestre. Segundo os dados mais recentes da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), no primeiro semestre deste ano entraram em Macau mais de 16 milhões de visitantes, um aumento superior a 40 por cento em relação ao período homólogo do ano passado, e cerca de 1,17 milhões eram visitantes internacionais, um aumento de cerca de 150 por cento em comparação com o mesmo período homólogo. No primeiro semestre deste ano, o número de visitantes que chegaram a Macau em viagens turísticas organizadas por agências, atingiu 968 mil, ou seja, um aumento anual de 1,7 vezes, e o número de visitantes em excursões internacionais atingiu 102 mil, ou seja, um aumento de 8,4 vezes. O número total de visitantes atingiu os 82,5 por cento comparativamente a 2019.

No entanto, segundo alguns lojistas, existe uma certa diferença entre a recuperação económica dos bairros comunitários e das zonas turísticas, especialmente em zonas mais dependentes do consumo da população, tais como a Zona Norte, Praia do Manduco e San Kio, pois há diferenças no âmbito das infraestruturas comparativamente com as zonas turísticas, e mesmo quando os turistas se deslocam para os bairros comunitários há diferenças nas formas de consumo. Mais, alteraram-se os hábitos de consumo dos residentes que viajam agora mais para o exterior e para o Interior da China, pelo que os resultados do volume de negócios não conseguem atingir o previsto. O Governo lançou várias actividades em colaboração com as associações cívicas para incentivar a procura interna, nomeadamente, a atribuição de cupões de consumo electrónico aos residentes que participaram “Plano de Apoio Financeiro Amor por Macau e Hengqin” e o “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana”, no entanto, há um aumento dos residentes a viajarem ao exterior durante as férias de Verão e estas actividades têm prémios e incentivos limitados, bem como prazos de utilização relativamente curtos. Assim, a sociedade espera que estas actividades possam continuar e ser alargadas, com valores mais elevados, para que mais residentes, bairros comunitários e estabelecimentos comerciais possam ser beneficiados.

Para além de incentivar os residentes a fazerem compras em Macau, tendo em conta a implementação das diversas políticas do Governo Central favoráveis a Macau e do novo “Código QR para passagem fronteiriça entre Hong Kong e Macau”, a promoção do consumo dos turistas em Macau continua a ser um elemento importante para o crescimento da economia comunitária. Há que pensar

em como se pode aproveitar os 75 anos da implantação da República Popular da China e o 25.º aniversário do estabelecimento da RAEM, a comemorar no segundo semestre do ano, o Grande Prémio, o Festival de Luz, entre outros eventos de marca e festividades tradicionais, para que mais residentes e turistas possam sentir a atmosfera festiva marcada pela “dupla celebração” e por diversos grandes eventos e para dinamizar a economia comunitária, tratando-se de uma oportunidade importante para consolidar os resultados da recuperação económica.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. continuidade às actividades promocionais para incentivar os residentes a consumirem em Macau. O “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante dos fins-de-semana” termina no dia 4 de Agosto. O Governo deve avaliar, quanto antes, a sua eficácia e analisar os respectivos dados de consumo, incluindo a distribuição pelos sectores beneficiados e a actual situação económica doutras zonas comunitárias, para prolongar ou desenvolver as actividades da próxima fase, melhorar o conteúdo das actividades e estendê-las a outras zonas, aumentando a confiança dos comerciantes das diversas zonas.

2. Alargamento do âmbito para apoiar mais sectores e lojistas na exploração das suas actividades. As actividades económicas nos bairros comunitários organizadas pelo Governo concentram-se na venda a retalho e restauração, por exemplo, os vales atribuídos aos residentes no âmbito do “Plano de Apoio Financeiro Amor por Macau e Hengqin” são principalmente para consumo em restaurantes. O Governo deve ponderar a criação de mais actividades de apoio ao consumo para os sectores culturais e criativos, desportivos, de lazer, artísticos, etc., para incentivar a participação das PME dos diversos sectores e promover o desenvolvimento diversificado da economia comunitária.

3. Eventos comemorativos do “Duplo Aniversário” para atrair turistas aos bairros comunitários. Na divulgação das actividades comemorativas do “Duplo Aniversário”, do “Grande Prémio”, da “Festa do Bolo Lunar”, do “Natal”, etc., devem-se salientar as características dos eventos festivos da RAEM. Os diversos serviços públicos podem ainda unir ou apoiar as associações, as câmaras de comércio, as empresas integradas de turismo e lazer, etc., para abranger as zonas comunitárias tradicionais na realização de mais actividades periféricas. Mais, em articulação com essas actividades, é de organizar outras que permitem a participação conjunta dos residentes e turistas, por exemplo, carnavais comunitários ou programas com atribuição de prémios e benefícios de consumo, para criar, em conjunto com toda a sociedade, uma boa atmosfera festiva e económica.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 31.07.2024

Macau é uma cidade de intercâmbio entre as culturas oriental e ocidental, e atrai turistas de todo o mundo devido ao seu património histórico único e à sua rica paisagem cultural. Nos últimos anos, Macau tem-se empenhado na promoção do desenvolvimento diversificado do sector do turismo, e o “património cultural intangível + turismo” é um modelo importante para o desenvolvimento integrado da indústria do “turismo +”. O património cultural intangível é um importante recurso cultural. Até Novembro de 2023, foram inscritas no inventário do Património Cultural Intangível 70 manifestações culturais, das quais 12 estão inscritas na Lista do Património Cultural Intangível, e até ao momento, são 11 as manifestações culturais inscritas na Lista do Património Cultural Intangível do País. As manifestações do património cultural intangível de Macau revestem-se de múltiplos estilos e ricos conteúdos, assim, as autoridades podem, através de estratégias inovadoras e diversificadas, explorar activamente um novo modelo de integração “património cultural intangível + turismo”, para proporcionar aos visitantes uma experiência turística mais colorida, e promover a inovação e a transmissão da cultura de Macau e o desenvolvimento diversificado da indústria do turismo.

Macau tem possibilidades ilimitadas ao nível da integração das indústrias “património cultural intangível + turismo”, por isso, o Governo deve inovar constantemente, criando produtos turísticos diversificados relacionados com o património cultural intangível, por exemplo, pode incluir elementos deste património no “Macau Cheia de Diversão”, *website* para planear viagens lançado pelos Serviços de Turismo, com vista a fornecer experiências turísticas mais diversificadas, e organizar mais *workshops* de artesanato, para os turistas aprenderem a pintar azulejos portugueses e a moldar figuras em massa, sentirem em pessoa o encanto do património cultural intangível e ficarem a conhecer a cultura de Macau. Pode ainda criar produtos culturais e criativos relacionados com o património cultural intangível, enriquecendo a oferta de produtos turísticos e estimulando o consumo cultural.

Para elevar a experiência dos turistas, para além da integração de elementos tradicionais, Macau já recorreu à Realidade Aumentada (RA) e à Realidade Virtual (RV), entre outras tecnologias digitais, para produzir a “Exposição de Realidade Virtual nas Ruínas de São Paulo”, explorar a história da Casa do Mandarim, etc. Podem ainda aproveitar-se as novas tecnologias para os turistas poderem experienciar a história e a cultura de Macau através de equipamentos inteligentes quando visitam exposições do património cultural intangível ou ex-libris da cidade. Com a combinação do património cultural intangível com a arte moderna e a interacção tecnológica, entre outros elementos novos, será possível criar experiências turísticas novas e únicas para atrair mais destinatários. Através da inovação e exploração contínuas, transforma-se Macau numa cidade internacional criativa onde se pode conjugar a tradição com a modernidade e as culturas oriental

(Tradução)

e ocidental, destacando-se o seu posicionamento cultural como “base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas”.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 31.07.2024

Concretizar o espírito da 3.ª Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista da China, para Macau apresentar maiores resultados

Terminou em 18 de Julho, em Pequim, a 3.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China que se focou no estudo do tema - “maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa” - o que mostra a continuidade na implementação de políticas e permite que as pessoas sintam o espírito visionário do planeamento estratégico global do Governo Central, o qual tem um impacto profundo quer em Macau quer em todo o mundo.

O presente e o futuro são cruciais para a plena promoção da construção de um país forte e a revitalização da nação chinesa, mediante a modernização do estilo chinês, assim, a referida Sessão Plenária definiu o rumo para o desenvolvimento de alta qualidade e o planeamento estratégico do País, o qual constitui uma orientação importante para Macau manter a estabilidade e a prosperidade duradouras e assegurar o desenvolvimento sustentável. Para que o espírito desta Sessão Plenária resulte em acções práticas e para que, durante a promoção da modernização chinesa, Macau possa contribuir com as suas forças, entendemos que:

1. Macau deve empenhar-se mais na educação. Na reunião, foi referido que “a educação, a ciência e tecnologia e os talentos são a base e o suporte estratégico da modernização ao estilo chinês. É necessário implementar, de forma aprofundada, a estratégia de desenvolvimento nacional através da educação científica e tecnológica, a estratégia de fortalecer o país com talentos e a estratégia de desenvolvimento orientada pela inovação”. O “desenvolvimento nacional através da educação científica e tecnológica” coloca a ciência e tecnologia e a educação numa posição importante para o desenvolvimento económico e social. De facto, perante a contenção dos países ocidentais, o nosso País adoptou a estratégia de investigação e desenvolvimento independentes em muitos projectos tecnológicos, incluindo na tecnologia aeroespacial, novos materiais, novas energias, etc., e alcançou êxitos notáveis a nível mundial. Nos últimos anos, Macau tem dado importância à educação, promovido a inovação tecnológica e reforçado a captação de talentos. Macau deve ter um maior empenho na área da educação. O Governo da RAEM deve aproveitar as boas infra-estruturas educativas de Macau, considerando o ensino básico como ponto base e o ensino superior como “cabeça do dragão”, para promover, de forma contínua, o desenvolvimento da educação. Por outro lado, o País está a avançar com uma reforma abrangente e profunda, o que injecta vitalidade na reforma e inovação da educação em Macau. Devemos então aproveitar oportunidades, para reforçar a implementação da educação STEAM no ensino primário e secundário, apoiando o desenvolvimento das ciências aplicadas nas universidades. Através do desenvolvimento da educação, da inovação tecnológica e do aumento da qualidade das indústrias, bem como da formação e desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade,

será possível acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada “1+4” de Macau.

2. Macau pode reforçar ainda mais o seu papel enquanto elo de ligação com o exterior. Partindo do posicionamento de “ser apoiada pela Pátria e ligada ao mundo” e atendendo às “necessidades do País”, Macau deve participar activamente na construção de alta qualidade da Grande Baía, especialmente de Hengqin, para criar, em conjunto, uma nova conjuntura de integração Macau-Hengqin com alto nível de abertura, contribuindo para o objetivo nacional de impulsionar o aprofundamento da reforma e para o desenvolvimento económico de alta qualidade do País. Macau não deve limitar a sua abertura e cooperação aos países de língua portuguesa, mas sim desenvolver activamente o papel de elo de ligação entre a China e os países situados ao longo de “Uma Faixa, Uma Rota”, os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e até os países da Ásia Oriental. Aliás, Macau deve aprofundar a cooperação com os diversos países nas áreas da economia, do comércio, da ciência e tecnologia, da educação, entre outras, por forma a contribuir para a abertura do País ao exterior e a tornar-se o “cartão-de-visita” da cidade ainda mais brilhante.

O desenvolvimento do País está intimamente ligado a Macau. Sem o aprofundamento da reforma na nova era, não haverá grandes conquistas nesta nova era. A concretização da modernização ao estilo chinês é uma missão importante e de longo prazo, portanto, Macau deve acelerar a sua integração no desenvolvimento nacional, contribuindo, como uma força motriz, para o aprofundamento da reforma do País na nova era e nova jornada. Espero que todos os cidadãos desenvolvam, em conjunto, as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas” e se dediquem à modernização ao estilo chinês, contribuindo para o grande rejuvenescimento da nação chinesa.

2024-07-31 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Os efeitos negativos do “turismo de massas” na RAEM”

Dados oficiais indicam que Macau recebeu mais de 16 milhões de visitantes no primeiro semestre de 2024, estando previsto que na segunda metade do corrente ano, haja mais visitantes. Destes 16 milhões de visitantes somente um milhão e tal são os tais “visitantes internacionais”, correspondendo a 7.3% da totalidade de visitantes, sendo necessário atrair mais turistas estrangeiros. Mas a principal ferramenta para atrair mais turistas estrangeiros é o Aeroporto Internacional de Macau (AIM) que precisa de “desenferrujar” introduzindo-se a concorrência quer na prestação e fornecimento de serviços quer na competição entre as companhias aéreas, eliminando o monopólio das rotas aéreas, o proteccionismo dos horários de voos (slots) e taxas aeroportuárias, os serviços em terra e introduzir tarifas aéreas mais baratas e atractivas, etc.

Para além dessas limitações, é imperativo expandir e modernizar com investimentos em infra-estruturas como a construção de pista adicional e a actualização e modernização dos equipamentos para aumentar a capacidade operacional do AIM, tornando-o mais atraente para uma variedade de operações aéreas e principalmente para os viajantes. Há que melhorar as parcerias com as concessionárias do Jogo para facilitar a vinda dos visitantes, compreender as necessidades das empresas locais, agências de turismo e instituições educacionais para fortalecer a integração do aeroporto na comunidade para criar benefícios económicos, sociais e mais emprego.

Não há dúvidas que actividade turística é considerada uma das maiores indústrias do mundo que regista anualmente um grande crescimento e continuará a crescer mais no futuro. Mas este crescimento, deve ser, um crescimento saudável com enfoque na sustentabilidade dos transportes públicos (autocarros e táxis) sendo prioridade das prioridades os interesses fundamentais dos residentes e dos turistas em matéria de deslocações.

Não esqueçamos, que estes elevados números de visitantes foram atingidos com o apoio dos residentes que toleraram a actividade turística, mas cabem às autoridades competentes estarem atentas e compreenderem as percepções, as opiniões e as atitudes dos residentes que são factores importantes para o desenvolvimento sustentável da actividade turística. É preciso ouvir antes de tomar decisões.

Nestes últimos tempos, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem vindo a receber muitas opiniões e queixas de residentes quanto ao aumento descontrolado do número de turistas concentrados em determinadas zonas turísticas com elevada concentração populacional oriundos dum “turismo de

massas” ou “excesso de turismo”, provocando a saturação e degradação dos espaços públicos e afectando a qualidade de vida dos residentes.

Mas afinal quantos mais turistas pode receber esta pequena cidade de Macau sem afectar a qualidade de vida dos seus residentes e sem degradar os locais que visitam e sem que tenhamos de aguentar com o aumento da criminalidade relacionada com a usura e troca de divisas, o aumento da poluição sonora e a superlotação nos transportes públicos?

Em determinadas zonas da cidade, como nas Ruínas de São Paulo, arredores e algumas localidades mais afamadas, ocorre neste momento, o excesso de turistas, ou seja, uma “Overturism” que afecta negativamente a percepção da qualidade de vida dos residentes bem como a qualidade das experiências dos visitantes sendo urgente que as autoridades competentes em articulação com as congéneres do interior do continente encontrem um equilíbrio do número de visitantes autorizados a visitar Macau. Será importante apurar os efeitos positivos e negativos da actividade turística e as consequências que estas acarretam para a comunidade local principalmente nos destinos com excesso de turismo.

Será importante avaliar as opiniões e os factores que os residentes mais levam em consideração quanto ao turismo. E qualquer que seja a estratégia turística a ser adoptada para Macau deve ser uma estratégia clara e bem definida para o bem do interesse dos residentes principalmente os interesses dos residentes das zonas mais afectadas que nunca devem ser ignorados, mas pelo contrário os residentes devem ser previamente consultados sobre o aquilo que pretendem para os seus locais.

O turismo só se tornará sustentável se o seu desenvolvimento e a sua gestão tiverem em consideração os interesses tanto dos residentes como dos visitantes.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 31.07.2024

Ajustar as actuais formas de cobrança das taxas de candidatura para concursos de ingresso na Função Pública e rever a eficácia do recrutamento

Os postos de trabalho na Função Pública são muito procurados em Macau, especialmente sob o impacto da epidemia e do agravamento da situação económica, pois mesmo um concurso aberto só para poucas vagas também atrai muitos residentes a candidatarem-se, e a “estabilidade” passa, gradualmente, a ser um factor importante a ponderar na procura de emprego.

Antes de 2021, os residentes não precisavam de pagar qualquer taxa para se candidatarem aos concursos da Função Pública. Mas, após a alteração do Regulamento Administrativo n.º 14/2016 (Recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos), os mesmos têm de pagar a taxa de candidatura para poderem participar nas provas, e o seu montante é publicado no *Boletim Oficial* da RAEM. Isto significa que as taxas para cada prova são fixadas pelo serviço responsável pelo recrutamento, sem um montante uniformizado.

A cobrança da taxa de candidatura é, de certo modo, razoável, uma vez que pode garantir, em certa medida, a taxa de assiduidade dos candidatos nas provas. Mas, quando as candidaturas apresentadas pelos candidatos se acumulam até um determinado número, a taxa de candidatura tornar-se-á, gradualmente, num encargo financeiro para a população. Especialmente, agora, a taxa de desemprego é alta e muitos cidadãos e recém-graduados do ensino superior continuam desempregados, e, para terem mais oportunidades de ingresso na Função Pública, participam activamente nos concursos públicos, por isso, têm de pagar várias taxas. Mais, com a proporção extrema entre as poucas vagas abertas e o grande número de candidatos, as taxas continuamente acumuladas constituem um encargo para as famílias comuns, agravando a sua pressão económica, pois os seus elementos ainda estão sem conseguir arranjar emprego para pagar as despesas diárias. A cobrança da taxa de candidatura está a espalhar-se a outras grandes empresas ou instituições, e a concorrência ao emprego é grave, o que propicia facilmente o surgimento de maus actos lucrativos, que põem em causa a concorrência leal no acesso ao mercado de trabalho.

A cobrança da taxa de candidatura visa permitir que os cidadãos planeiem melhor a sua carreira profissional e façam a inscrição com cautela, para reduzir o desperdício de recursos. Mas, como as vagas são muito limitadas, os cidadãos, para aumentar a possibilidade de serem seleccionados, inscrevem-se em vários concursos. Mais, os concursos para a Função Pública demoram muito tempo e é difícil prever a data da realização das provas, neste contexto, é frequente coincidirem com alguns assuntos próprios e importantes dos cidadãos, que acabam por ter de escolher entre eles, o que é também uma das razões que levam

ao desperdício de recursos. Face a esta situação, o Governo deve aperfeiçoar os procedimentos de candidatura, por exemplo, criar uma etapa para confirmação da realização das provas, antes de se proceder à cobrança da taxa de candidatura, para os candidatos poderem saber, com antecedência, a data das provas, evitando assim o desperdício devido à sobreposição do tempo de realização de várias provas. O Governo também pode ponderar sobre a optimização do regime de pagamento, permitindo aos candidatos a apresentação do pedido de reembolso, em caso de conflito de tempo ou de impossibilidade de comparência por motivos imprevistos.

O crescimento económico de Macau ainda está fraco, e muitos residentes continuam desempregados e à procura de emprego. Por exemplo, os estudantes universitários enfrentam o desemprego logo após terminarem os seus cursos e, como não têm meios económicos para se candidatar à Função Pública, apenas podem contar com o apoio da família. Face a esta situação, o Governo deve ponderar a redução ou a isenção das taxas de inscrição, por forma a aliviar a pressão económica dos residentes.

Além disso, o Governo deve rever o actual regime de recrutamento dos trabalhadores da Função Pública, para ver se este corresponde ao objectivo de seleccionar os melhores, evitando desperdiçar o dinheiro dos cidadãos e os recursos do sistema administrativo público, para depois não se conseguir seleccionar os talentos adequados à Função Pública, resultando num grande desperdício de recursos.